

ANÁLISE DA
DESIGUALDADE
DE
RENDIMENTOS
ENTRE AS
ÁREAS
URBANAS
E RURAIS NO
NORDESTE
DO BRASIL



SALVADOR | DEZEMBRO DE 2020

ANÁLISE DA
DESIGUALDADE
DE
RENDIMENTOS
ENTRE AS
ÁREAS
URBANAS
E RURAIS NO
NORDESTE
DO BRASIL

PROGRAMA SEMEAR INTERNACIONAL

COORDENAÇÃO

FABIANA DUMONT VITERBO

ASSISTÊNCIA ADMINISTRATIVA FINANCEIRA

ANA LUIZA SANTOS

GERÊNCIA DE GESTÃO DO CONHECIMENTO

ALINE MARTINS DA SILVA

GERÊNCIA DE COOPERAÇÃO SUL-SUL

RUTH PUCHETA

ASSISTÊNCIA DE COOPERAÇÃO SUL-SUL

ESTHER MARTINS

GERÊNCIA DE M&A

ADALTO RAFAEL

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

GABRIEL MONTEIRO

EQUIPE RESPONSÁVEL PELA PUBLICAÇÃO

RODRIGO OLIVEIRA

Doutor em Economia, professor de Economia da UFBA, coordenador geral do Projeto.

DIANA GONZAGA

Doutora em Economia, professora de Economia da UFBA, vice-coordenadora do Projeto.

HENRIQUE MOTTÉ

Doutorando em Economia, pesquisador responsável pela construção das bases de dados de educação.

SILVANA GUIMARÃES

Doutoranda em Economia, pesquisadora responsável pela construção das bases de dados de trabalho e renda.

FIRMINO SOUZA FILHO

Mestre em Economia, pesquisador responsável pela construção dos bancos de dados de saúde.

BEATRIZ OLIVEIRA

Graduanda em Economia, assistente de pesquisa.

VITOR BERNARD

Graduando em Economia, assistente de pesquisa.

SONIA BASTOS (ESTÚDIO 513)

Projeto gráfico e diagramação.

GILDEMAR SENA OLIVEIRA

Ilustrações.

As ilustrações que abrem os capítulos foram desenvolvidas pelo artista Gildemar Sena de Oliveira especialmente para esta publicação. Técnica: Nanquim sobre papel.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

F981a

Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA).

Análise da desigualdade de rendimentos entre as áreas urbanas e rurais no nordeste do Brasil – Salvador : Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), 2021.

52 p. : il.

Este trabalho tem como objetivo analisar o atual nível da desigualdade de renda entre as regiões urbana e rural do nordeste do Brasil e compreender quais são os fatores que explicam essa diferença.

ISBN 978-92-9266-076-5

1. Desigualdade socioeconômica. 2. Desigualdade regional. 3. Renda. I. Título.

CDU 316.34

Sumário

MAPA DO FIDA NO BRASIL	6
ATUAÇÃO DO FIDA NO BRASIL COM O PROGRAMA SEMEAR INTERNACIONAL	8
APRESENTAÇÃO	10
1. INTRODUÇÃO	13
2. REVISÃO DA LITERATURA	17
3. METODOLOGIA	21
3.1. Base de dados	21
3.2. Decomposição da desigualdade de rendimentos rural-urbana	23
4. ESTRUTURA E EVOLUÇÃO DA DESIGUALDADE RURAL URBANA NO TEMPO	27
5. ANÁLISE DOS RESULTADOS	37
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
REFERÊNCIAS	48
APÊNDICES	50
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	52
LISTA DE ILUSTRAÇÕES	53

Mapa do FIDA no Brasil





PROJETO VIVA O SEMIÁRIDO (PVSA)

- Famílias Beneficiadas: 22.000
- Famílias Lideradas por Jovens: 6.600
- Famílias Lideradas por Mulheres: 9.500
- Financiamento FIDA: US\$ 20 milhões
- Financiamento Governamental: US\$ 10.1 milhões



PROJETO PAULO FREIRE
DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO E DE CAPACIDADES

PROJETO PAULO FREIRE (PPF)

- Famílias Beneficiadas: 60.000
- Famílias Lideradas por Jovens: 16.052
- Famílias Lideradas por Mulheres: 10.800
- Financiamento FIDA: US\$ 40 milhões
- Financiamento Governamental: US\$ 40 milhões



PROCASA
PROJETO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
DO CARIRI, SERIDÓ E CURIMATAU

PROCASE

- Famílias Beneficiadas: 22.000
- Famílias Lideradas por Jovens: 1.570
- Famílias Lideradas por Mulheres: 10.800
- Financiamento FIDA: US\$ 25 milhões
- Financiamento Governamental: US\$ 15.5 milhões



PROJETO DOMTÁVORA
DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIOS RURAIS
PARA PEQUENOS PRODUTORES

PROJETO DOM TÁVORA (PDT)

- Famílias Beneficiadas: 12.000
- Famílias Lideradas por Jovens: 3.600
- Famílias Lideradas por Mulheres: 4.800
- Financiamento FIDA: US\$ 16 milhões
- Financiamento Governamental: US\$ 12.2 milhões



PROJETO PRÓ-SEMIÁRIDO (PSA)

- Famílias Beneficiadas: 70.000
- Famílias Lideradas por Jovens: 20.200
- Famílias Lideradas por Mulheres: 40.500
- Financiamento FIDA: US\$ 45 milhões
- Financiamento Governamental: US\$ 50 milhões



PROJETO DOM HELDER CÂMARA 2 (PDHC 2)

- Famílias Beneficiadas: 74.000
- Famílias Lideradas por Jovens: 39.000
- Famílias Lideradas por Mulheres: 37.000
- Financiamento FIDA: US\$ 18 milhões
- Financiamento Governamental: US\$ 42 milhões

Atuação do FIDA no Brasil com o Programa Semear Internacional

O Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (Fida) é uma agência de investimentos da Organização das Nações Unidas (ONU) que, em parceria com governos estaduais e federais, realiza acordos de empréstimos e doações para apoiar o desenvolvimento rural. No Brasil, o principal foco de investimentos do Fida é a região semiárida, onde promove ações direcionadas ao fomento de projetos produtivos de geração de renda agropecuária, cooperativismo, associativismo e acesso a mercados. Com uma meta que tem a promoção da segurança alimentar nutricional e a diminuição da pobreza no meio rural entre os seus pilares, o Fida incentiva o fortalecimento de atividades cujos públicos prioritários são mulheres, jovens e comunidades tradicionais.

O Fida já viabilizou um montante de aproximadamente 300 milhões de dólares, para implementação de treze projetos no Brasil. Em 2020, seis projetos estão sendo executados, beneficiando 250 mil famílias de forma direta. Cinco deles são em parceria com governos estaduais, por meio de acordos bilaterais: Paraíba (Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Cariri, Seridó e Curimataú – Procase), Bahia (Projeto Pró-Semiárido), Sergipe (Projeto Dom Távora), Piauí (Projeto Viva o Semiá-

rido), e Ceará (Projeto Paulo Freire). Em parceria com o governo federal, o Projeto Dom Hélder Câmara (PDHC), abrange onze estados: Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte, Alagoas, Bahia, Piauí, Paraíba, Sergipe, Maranhão, Minas Gerais e Espírito Santo.

Paralelamente aos projetos, o Fida busca realizar ações que vão além do desenvolvimento produtivo nas comunidades atendidas, estimulando o acesso à informação por meio de programas de doação, como o Programa Semear Internacional (PSI), cuja operacionalização é apoiada pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA). Com atuação no Brasil, o PSI possui os seguintes eixos: Gestão do Conhecimento; Monitoramento & Avaliação; Comunicação; Diálogos de Políticas; e Cooperação Sul-Sul e Triangular. O PSI trabalha junto aos seis projetos apoiados pelo Fida no Brasil, fortalecendo suas capacidades ao realizar atividades que estimulam o conhecimento. O objetivo é facilitar o acesso a saberes e inovações contextualizados para a convivência com o semiárido.

Entre as atividades do PSI estão intercâmbios; capacitações; oficinas e seminários com técnicos e beneficiários dos projetos; formação técnica para

gestores públicos; articulações institucionais; promoção do trabalho para a igualdade de gênero; apoio à coleta de dados socioeconômicos e metodização dos resultados; publicações de livros; e produção de conteúdos jornalísticos e comunicacionais em formatos impresso e digital. Dessa forma, o programa vem contribuindo, de forma expressiva, para a sistematização e disseminação das boas práticas rurais dos projetos do Fida, tanto em âmbito nacional quanto internacional.

Funcionamento de cada componente de atuação do PSI:

GESTÃO DO CONHECIMENTO

Capacitações, intercâmbios, encontros temáticos e seminários são as principais atividades desenvolvidas para fortalecer os saberes e a troca de conhecimento entre os projetos, envolvendo técnicos, técnicas, beneficiárias e beneficiários. Os temas mais trabalhados são: acesso a mercados, agroecologia, gênero, gastronomia e caprinovincultura. Muitos desses eventos resultam em publicações que, em formato impresso e/ou digital, contribuem para a potencialização e a visibilidade dessas boas práticas e experiências de sucesso.

MONITORAMENTO & AVALIAÇÃO

São realizadas capacitações periódicas direcionadas a técnicos e técnicas dessas áreas, com a promoção de reuniões em grupos de trabalho e o envolvimento de profissionais de outras instituições. Todos os projetos do Fida no Brasil utilizam um sistema de gestão integrada chamado Data.Fida, um grande produto desenvolvido pelo Semear Internacional para esse componente, que contribui para o aumento da qualidade e precisão das informações coletadas e processadas pelos projetos.

COMUNICAÇÃO

Componente que permeia todos os outros, a Comunicação do Semear Internacional se vale de diversos canais, como o portal e as redes sociais, para fazer com que o conhecimento e a informação cheguem aos mais diferentes públicos. No site estão disponíveis, por exemplo, as publicações (livros, cartilhas, manuais e estudos), o acervo de vídeos e fotos e o banco de boas práticas já catalogadas, além de textos criados semanalmente e disseminados entre os projetos do Fida. Um produto recente dessa área é o Prêmio Semear Internacional de Jornalismo, que condecora as melhores reportagens do Brasil sobre boas práticas rurais e está na sua primeira edição.

COOPERAÇÃO SUL-SUL E TRIANGULAR E DIÁLOGOS DE POLÍTICAS

O objetivo da Cooperação Sul-Sul e Triangular é fomentar novos conhecimentos e redes através da internacionalização de suas ações. Por meio de intercâmbios, capacitações e seminários envolvendo países da América Latina e África, abordam-se temas de interesse comum da agricultura familiar, identificando técnicas e práticas que podem auxiliar os trabalhadores rurais em seu cotidiano. Além disso, o PSI busca facilitar o diálogo sobre políticas públicas, com vistas a apoiar espaços voltados para o debate entre sociedade civil, governos, academia e parceiros.

Conheça mais sobre as ações do PSI, visite a biblioteca virtual e acesse os eventos realizados para juntar-se à rede de disseminação das boas práticas rurais no semiárido, acessando www.portalsemear.org.br.

Apresentação

As desigualdades social e de renda é uma das questões mais graves enfrentadas por países em desenvolvimento. As tendências de recrudescimento do espaço entre ricos e pobres assusta cada vez mais e cria um senso de urgência que pressiona autoridades das mais diversas esferas a buscar soluções alternativas e inovadoras quando comparadas ao paroxismo dos tempos atuais.

Evidente que ainda dentro das esferas de desigualdade existem grupos e sub-grupos mais ou menos vulneráveis, que encaram a problemática a partir de pontos de vista e enfrentamento distintos. A região semiárida do nordeste brasileiro está entre as mais afetadas por este fato social e, mesmo dentro desta região do país é notável a diferença entre setores específicos, evidenciados a partir de recortes sociais ou geográficos.

O Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) se propôs, por meio do Programa Semear Internacional, executado pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura-IIICA, a elaborar um estudo que visa contribuir para a compreensão das desigualdades entre as regiões urbana e rural no nordeste do Brasil, seguindo no sentido de compreender questões interseccionais ou invisíveis num primeiro momento. O estudo segue na tentativa de incidir luz sobre uma questão de importância capital para o fechamento eficiente da ferida aberta da desigualdade, qual seja, a necessidade de compreensão do problema da maneira mais profunda e segmentada possível.

O trabalho que segue tem como objetivo analisar o atual nível da desigualdade de renda entre as regiões urbana e rural do Nordeste do Brasil, afim de compreen-

der quais são os fatores que explicam essas diferenças. Como fonte de dados, a equipe da UFBA, responsável pela execução técnica do estudo, se utilizou das bases oficiais liberadas pelos governos locais e Federal, garantindo grande diversidade de variáveis explicativas sobre os indivíduos residentes em diversas localidades do território brasileiro, condição inegociável para a correta compreensão das questões aqui expostas.

A extensa revisão de literatura elaborada pela equipe apontou para a utilização de ferramentas de mensuração que permitissem calcular os principais componentes que explicam a desigualdade entre as regiões avaliadas, nesse caso as zonas rural e urbana do nordeste brasileiro. Houve cuidado na seleção desse conjunto de métodos visando não incorrer no risco de evidenciar desigualdades provenientes de diferenças individuais e/ou localizadas, e sim compor a análise de maneira a identificar questões gerais e comuns às populações avaliadas, estando essa amostra, portanto, apto para comparação e extração de conclusões.

Os resultados encontrados sugerem a relevância fundamental das políticas públicas focadas na melhoria da estrutura produtiva das regiões rurais, dando ainda mais protagonismo àquelas que visam contribuir para o aumento da formalização dos trabalhadores e trabalhadoras, um dos pontos identificados como causadores da maior distância entre fluxos de renda.

Boa leitura!



GILDEMAR SENNA

1. Introdução

A desigualdade de renda continua sendo um desafio a ser superado em todo o mundo (ONU, 2020) e se manifesta em diferentes formas, quais sejam, a desigualdade regional, desigualdade de rendimentos pessoais dentro de uma mesma região e a desigualdade rural/urbana. Essencialmente em países mais pobres, a desigualdade e a subutilização da força de trabalho aumentam as disparidades relacionadas à falta de oportunidades para os jovens e criam um círculo vicioso de pobreza. No Brasil, os anos 2000 foram marcados por políticas de estímulo à demanda que impulsionaram o consumo, especialmente das famílias mais pobres tanto em áreas rurais, quanto nos centros urbanos (ROCHA, 2013). Nesse sentido, houve um incremento da renda da população do Nordeste do país. No entanto, as políticas de distribuição de renda ainda não se transformaram em leis que garantam de forma permanente às famílias mais vulneráveis uma renda básica definida.

No que se refere à desigualdade campo/cidade, a OCDE aponta uma série de paradigmas para a superação da pobreza rural (OCDE, 2006). A criação de políticas públicas direcionadas

para a superação de desafios no campo perpassam por questões relativas às disparidades socioeconômicas e culturais de cada região. Podemos citar a emigração das áreas rurais, o envelhecimento populacional, baixos índices de capital humano (OLIVEIRA e SILVEIRA NETO, 2016) e, conseqüentemente, baixa produtividade do trabalho associado a áreas agrícolas pobres, incapazes de incorporar bens tecnológicos na produção. Outros fatores, como a carência de serviços públicos e infraestrutura também contribuem para a manutenção da pobreza rural. Tais paradigmas ainda se perpetuam sobre as populações rurais, portanto, torna-se necessário estratégias consistentes a fim de superá-los.

Rodríguez-Pose e Hardy (2015) também enumeram desafios ainda marcantes nas regiões rurais, são estes: i) a dificuldade da inserção competitiva no contexto marcado pela globalização; ii) as mudanças climáticas e a produção sustentável, objetos de discussão crescente desde o início do século XXI; iii) a descentralização governamental para responder com mais eficiência às demandas de comunidades locais. Além desses fatores, a geração de emprego e renda nas áreas rurais é marcada pela permanência de condições precárias. Investir em áreas rurais tanto em termos materiais, quanto culturais é fundamental para preservar tradições sociais, promover o desenvolvimento sustentável, diminuir as desigualdades regionais, gerar empregos e, assim, transformar a realidade socioeconômica das populações.

A mensuração do grau de desigualdade, a pobreza e também a segregação socioeconômica se constitui em desafios atuais para as ciências aplicadas, pois permeiam áreas de conflitos políticos, sociais e culturais, acentuam a violência, as questões relacionadas à saúde, acesso à água, moradia, saneamento, dentre outros (WILKINSON, 2006).

Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo analisar o atual nível da desigualdade de rendimentos entre as regiões urbana e rural do Nordeste do Brasil e compreender quais são os fatores que explicam as diferenças nos níveis de desigualdade. Para realizar esse objetivo utilizamos os Censos Demográficos, 1991, 2000 e 2010 e, principalmente, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua para os anos 2012, 2015 e 2019. Essas bases de dados permitem utilizar uma grande diversidade

de variáveis explicativas sobre os indivíduos residentes em diversas localidades do território brasileiro.

Para mensurar a desigualdade de rendimentos entre as regiões utilizou-se a decomposição de Oaxaca-Blinder, que permite computar a desigualdade e, também, calcular quais os principais componentes que explicam a desigualdade entre as regiões. Mais especificamente, a decomposição Oaxaca-Blinder permite verificar se a desigualdade é explicada pela diferença de características dos indivíduos em diferentes regiões ou se a desigualdade é explicada pelo fato de os indivíduos possuírem características similares, mas os retornos a essas características apresentarem magnitudes diferentes.



2.Revisão da literatura

No campo da economia regional, estudos como Akita (2003), Elbers et al. (2003), Trendle (2005), Tarozzi e Deaton (2009), Reardon e Bischoff (2011), Miranti (2015) utilizaram métodos estatísticos e espaciais para estimar desigualdades de renda, pobreza, mudanças demográficas, o coeficiente de Gini, a composição do mercado de trabalho, as questões educacionais, segregação racial, etc. Destaca-se, ainda, o trabalho de Lima e Silveira-Neto (2016), que reforça a importância de investimentos em capital humano e físico para redução das desigualdades regionais no Brasil. A literatura converge no sentido de que políticas voltadas para a redução das desigualdades regionais, de renda e maior bem-estar social são benéficas para com o todo.

Os estudos recentes de Bailey, Loveman e Muniz (2013), Reis (2014), Marques e Saraiva (2017), Vale e França (2017), Barbosa e Cookson (2019), Gillam e Charles (2019) buscaram discutir, dentre outros fatores, as questões relacionadas à desigualdade no Brasil de acordo com o modelo de desenvolvimento optado pelo Estado e os temas sociais e econômicos sob a ótica da desigualdade da distribuição de renda, a estrutura de transportes, o impacto do racismo sobre os ganhos da população negra, a heterogeneidade regional, os efeitos da desigualdade sobre a saúde, etc. De acordo com os autores, houve uma relativa melhora na qualidade de vida da população brasileira tanto nas áreas urbanas quanto em áreas rurais, pela medida do coeficiente de Gini e elevação no IDH. Porém, a população rural e as populações residentes em áreas urbanas periféricas ainda são negligenciadas pelo poder público.

Em relação aos espaços territoriais rurais no Brasil, a partir da criação de programas de transferência de renda¹ (principalmente no fim da década de 1990) e elevação real da taxa do salário mínimo a partir de 2004, observou-se melhorias no campo do desenvolvimento socioeconômico rural. Silveira Neto e Azzoni (2011, 2012) evidenciaram como programas de transferência de renda, por beneficiar indiretamente e de forma mais intensa, as regiões mais pobres e rurais do país, tiveram também um caráter espacial. Tais programas foram responsáveis pela redução da desigualdade regional de renda no período que se estende de 1995 até 2006. Ainda de acordo com os autores, o programa Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC) foram responsáveis por 24% da redução da desigualdade regionais do período.

Outras políticas visando o estímulo da produtividade da agricultura familiar, especialmente nas regiões Norte e Nordeste, merecem destaque. Em 1996 foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e em 2002 foi introduzido o Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (PNDRS). Os objetivos eram estimular e diversificar os mercados agrícolas locais, inclusive através da criação de empregos não agrícolas pela implementação de cooperativas e outros serviços.

Assim, destaca-se a necessidade de conhecer as características rurais do Nordeste Brasileiro como um passo fundamental para o fortalecimento da cultura local e o aprimoramento do capital humano e social existente na região.

Além desses paradigmas apresentados, a desigualdade de renda e a pobreza rural acentuam as dificuldades relacionadas ao acesso à água, um dos direitos humanos essenciais à vida e que podem impactar diretamente na saúde dos indivíduos (ROCHA e SOARES, 2015). As diferenças históricas relacionadas ao acesso à água, moradia e saneamento também explicam condições de desigualdades socioeconômicas relacionadas ao nível de renda das populações urbanas e rurais, assim como podem endereçar questões sobre o desenvolvimento regional desigual no Brasil (ALEIXO et al., 2019). Então, pode-se também entender a desigualdade enquanto um padrão de vida associado a elementos que condicionam grupos populacionais ao acesso a bens básicos como água, moradia, saneamento, saúde, alimentação, dentre outros (PHANSALKAR, 2007).

No que se refere à renda, a falta de políticas públicas voltadas para garantir a renda das populações rurais mais pobres é um desafio ainda

¹ As discussões acerca dos programas de transferência de renda no Brasil iniciaram-se em 1975 com a proposta do Imposto de Renda Negativa (IRN). Entretanto, apenas após a redemocratização brasileira e a elaboração da Constituição Federal de 1988 foi garantido o Benefício de Prestação Continuada (BPC), de acordo com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) (Lei Nº. 8.742/1993). Outros programas foram desenhados como o Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM) – Lei Nº. 80/91 e a criação de programas de transferência de renda com condicionalidades sociais vinculados ao Programa Nacional de Renda Mínima (PNRM), como o Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Vale-Gás. Todos estes foram unificados através do Cadastro Único do Governo Federal (CadÚnico) e com a medida provisória Nº. 132/2003 criou-se o Programa Bolsa Família (Lei Nº. 10.836).

presente. Há deficiências estruturais no campo causadas pelo modelo de desenvolvimento regional no que se refere ao acesso à terra para a produção familiar. Nesse sentido, a renda do campo fica comprometida sendo concentrada, principalmente nos latifúndios detentores da produção mecanizada e, em sua maioria, com a produção voltada para a exportação. Além disso, a migração dos jovens para as áreas urbanas afeta o nível de emprego no campo e faz com que a agricultura familiar se volte para o autoconsumo, sem possibilidades de cultivo para o comércio e, portanto, fraco desenvolvimento de redes de produção.

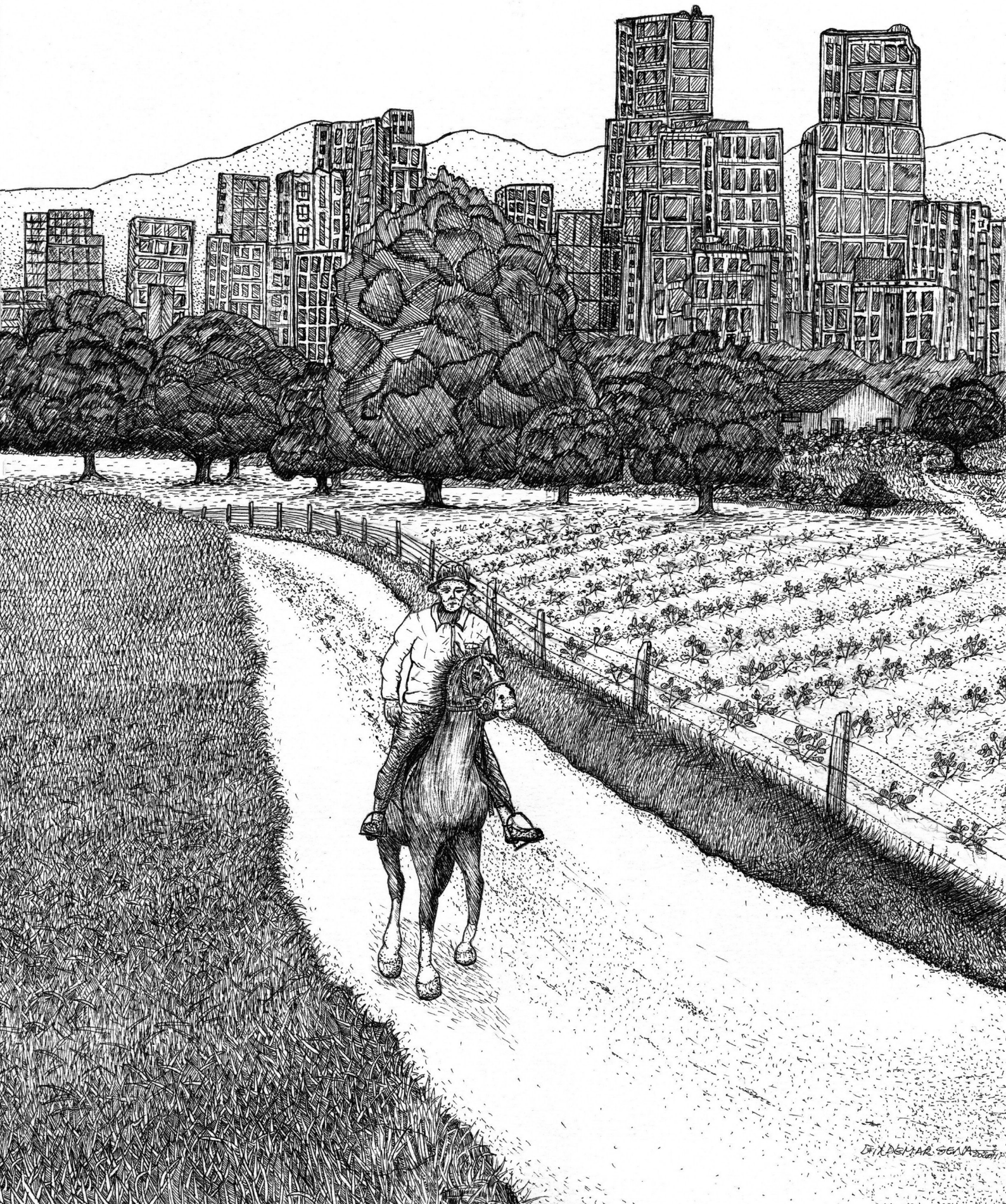
Silveira et al. (2016) apontam como mudanças recentes relevantes na dinâmica rural: (i) a redução do trabalho assalariado agrícola decorrente de incrementos tecnológicos na produção; (ii) jovens e mulheres sendo mais afastados de atividades rurais; (iii) dentre os trabalhadores que conseguem trabalho no campo, há uma formalização do trabalho mais expressiva nos últimos anos; (iv) o aumento da produção para o autoconsumo. Essas alterações na dinâmica rural introduzem novas perspectivas para o crescimento do setor agrícola de pequeno porte. Melhores condições de vida, trabalho, qualificação profissional para a permanência das populações no campo fazem-se necessários para amenizar as carências e desigualdades no meio rural.

Outros fatores, como as mudanças climáticas, degradação dos solos, elevação da temperatura média e outros eventos climáticos extremos e de risco, também impactam de forma direta nas questões sociais e podem aumentar as desigualdades e pobreza (ONU, 2020). Esses desafios precisam ser enfrentados pelos gestores de políticas públicas. Dentre os principais canais de impacto, destacamos: (i) os meios de subsistência e a degradação ecológica de recursos naturais essen-

ciais, como a água; (ii) a saúde e mortalidade, através da falta de alimentos para as populações mais vulneráveis, temperaturas extremas que agravam doenças cardiovasculares e respiratórias etc.; (iii) baixa produção agrícola familiar e, conseqüentemente, aumento dos preços dos alimentos; (iv) riscos relacionados à subutilização do trabalho e a baixa produtividade. Portanto, o direcionamento de políticas para a permanência no campo de forma digna é essencial para que as populações rurais tenham qualidade de vida, dados os desafios crescentes relacionados às mudanças climáticas.

A OECD (2006) e Ambrosio-Albalá e Bastiaensen (2010) evidenciaram as dificuldades perpassadas pelas áreas rurais levando em consideração a diversidade regional apresentada por cada uma. Entretanto, na maior parte das áreas rurais, principalmente na América Latina e Caribe, no leste asiático e na África apresentaram características comuns no que se refere às problemáticas da migração das áreas rurais, em particular, o fluxo migratório dos jovens, o envelhecimento populacional, o declínio das atividades relacionadas à agricultura e a queda da produtividade do trabalho.

Por fim, o mercado de trabalho rural continua marcado pela força de trabalho pouco habilitada, na qual os trabalhadores possuem pouca educação formal ou treinamento especializado. Nas áreas rurais e grandes periferias urbanas também se encontram as maiores incidências de trabalho infantil (ILO, 2008, IBGE, 2015). Assim, a geração de emprego e renda e diminuição das desigualdades socioeconômicas em áreas rurais continua sendo um desafio latente para a geração de políticas públicas que impactem diretamente na redução da pobreza. Tudo isso reforça a importância de melhor compreender as disparidades rurais e urbanas, bem como alternativas capazes de superá-las.



DELMAR SEVA 2007

3. Metodologia

3.1. BASE DE DADOS

Neste estudo usaremos duas bases de dados. O Censo Demográfico para os anos 1991, 2000 e 2010 será utilizado para analisar a evolução dos rendimentos entre as regiões ao longo do tempo, bem como verificar a evolução das diferenças em características das populações. Utiliza-se o Censo a partir de 1991, pois é possível trabalhar em um período de relativa estabilidade, isto é, a partir de 1991 o Brasil se encontra pós ditadura militar, com uma nova constituição e com as bases econômicas para introdução de uma nova moeda e a estabilidade monetária.

Em seguida, utilizaremos a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), que produz informações periódicas do mercado de trabalho, das características demográficas e da educação, acompanhando as flutuações trimestrais e a evolução, a médio e longo prazos, das variáveis de interesse. Também são produzidos resultados anuais sobre temas relevantes para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do Brasil. A pesquisa foi iniciada, em todo o Território Nacional, em janeiro de 2012, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, visando substituir os levantamentos sobre mercado de trabalho obtidos a partir da Pesquisa Mensal de Emprego - PME e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, agregando as vantagens de ambas (IBGE, 2020).

A PNAD Contínua possui periodicidade específica para cada conjunto de indicadores. Mensalmente são divulgados os indica-

dores nacionais relacionados à força de trabalho, obtidos por médias móveis trimestrais, apenas no nível geográfico de Brasil. A cada trimestre são divulgados os indicadores relacionados à força de trabalho, para todos os níveis geográficos da pesquisa: Brasil; Grandes Regiões; Unidades da Federação; 20 Regiões Metropolitanas que contêm Municípios das Capitais; Região Integrada de Desenvolvimento – RIDE. A divulgação feita anualmente agrega o conjunto de indicadores relacionados aos demais temas suplementares permanentes da pesquisa e indicadores complementares relacionados à força de trabalho, para os mesmos níveis geográficos da divulgação trimestral (IBGE, 2020).

A análise da desigualdade de rendimentos entre os trabalhadores das áreas rural e urbana utilizará os microdados individuais da PNAD Contínua trimestral. Para a construção da PNAD Contínua, uma amostra probabilística de domicílios é estabelecida, a fim de garantir a representatividade dos resultados para os níveis geográficos definidos. A construção das amostras trimestrais é elaborada através de cinco visitas mensais, durante cinco trimestres consecutivos, em cada domicílio selecionado para fazer parte da pesquisa. Assim, um domicílio é visitado pela segunda vez três meses após a primeira visita, pela terceira vez três meses após a segunda visita, e assim por diante, até serem realizadas as cinco visitas para cada domicílio. A cada trimestre são entrevistados cerca de 211 mil domicílios, em aproximadamente 16 mil setores censitários, os quais compõem a amostra representativa da pesquisa (IBGE, 2020).

A principal vantagem da PNAD Contínua é permitir acompanhar os indicadores do mercado de trabalho completo, que inclui os trabalhadores formais e informais. A sua desvantagem é não

apresentar informações em nível municipal, já que a pesquisa só possui representatividade em nível municipal para as capitais das Unidades da Federação.

Para a análise do diferencial de rendimentos, entre os trabalhadores das áreas rurais e urbanas da região Nordeste, o banco de microdados individuais, construído a partir da PNAD Contínua trimestral, inclui os trabalhadores ocupados, em idade ativa (14 anos ou mais) e com rendimento do trabalho, no 4º trimestre de cada ano (2012-2019). No entanto, como os ocupados podem ser um grupo positivamente selecionado no mercado de trabalho, em relação aos demais trabalhadores (desocupados e inativos), o modelo econométrico incluirá, como variável explicativa, uma medida de seleção amostral, a qual propõe controlar as diferenças existentes entre os dois grupos e que possam explicar o diferencial de rendimentos. Para os trabalhadores ocupados foram coletadas as informações relacionadas às características do trabalhador (rendimento do trabalho, horas trabalhadas, idade, educação, gênero, raça e experiência), do emprego (setor de atividade, ocupação e indicador de formalização) e da localização (rural ou urbano e região metropolitana). Todas as análises devem utilizar a expansão amostral dos microdados, ou seja, o peso amostral de cada indivíduo será utilizado para calcular as estatísticas médias em função do número de indivíduos que são representados a partir de cada observação da base.

Para descontar a variação de preços existente, ao longo dos períodos de análise considerados, os rendimentos nominais do trabalho foram deflacionados a partir dos deflatores de rendimentos da PNAD Contínua, os quais utilizam o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA (IBGE). Foi adotado o nível de preços vi-

gente no segundo trimestre de 2020 para a atualização dos rendimentos nominais. A descrição completa das variáveis que serão utilizadas para a análise do diferencial de rendimentos rural e urbano, com base na PNAD Contínua, está disponível no quadro A1 do Apêndice.

3.2.DECOMPOSIÇÃO DA DESIGUALDADE DE RENDIMENTOS RURAL-URBANA

Com o objetivo de verificar se existe uma significativa diferença salarial entre as regiões urbanas e rurais optou-se por utilizar o método Oaxaca-Blinder. Este método permite avaliar se existe diferença entre os salários médios das pessoas entre as duas localidades. Além disto, através desse método, é possível estimar se as diferenças salariais são decorrentes da diferença de atributos entre os indivíduos (Efeito Dotação ou Composição) ou se decorrem da diferença nos retornos a esses atributos (Efeito Retorno ou Estrutura Salarial) (OAXACA, 1973; BLINDER, 1973; FIRPO, FORTIN, LEMIEUX, 2010).

O primeiro passo na análise é estimar a equação de rendimentos para cada grupo, urbano e rural. Para tanto, a equação proposta por Mincer (1974), também conhecida como função-salário do capital humano, é o referencial teórico mais adequado. Através desta, é possível estimar o valor dado pelo mercado a certos atributos produtivos como educação e experiência, além de certas características individuais como gênero, cor etc. O modelo para estimar os rendimentos pode ser expresso como:

$$\ln w = \hat{\alpha} + X\beta + \hat{u}$$

Onde $\ln w$ é o logaritmo natural do salário do trabalhador; $\hat{\alpha}$ é o intercepto; β é o vetor de parâmetros a ser estimado; X é o vetor de atributos produtivos e não produtivos que são importantes para determinar o rendimento do trabalhador; \hat{u} é o termo do erro estocástico. O processo de estimação desta equação para a posterior utilização na decomposição Oaxaca-Blinder é realizado via Método de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO).

Mais especificamente, o objetivo deste trabalho é estimar os salários, a desigualdade e os efeitos de diversas variáveis explicativas para explicar essa desigualdade. Nesse sentido, utilizou-se um conjunto de variáveis² para estimar o seguinte modelo:

$$\text{Ln Salário}_{\text{hora}} = \beta_0 + \beta_1 \text{ fundamental} + \beta_2 \text{ médio} + \beta_3 \text{ superior} + \beta_4 \text{ formalizado} + \beta_5 \text{ Experiência} + \beta_6 \text{ Negro} + \sum_{(i=1)}^n \gamma_i \text{ setores} + \sum_{(i=1)}^n \delta_i \text{ ocupações} + \hat{u}$$

A parte do diferencial dos salários, que é explicada pelo modelo, tem relação com as diferenças nas características produtivas dos indivíduos em cada região. Já o componente não explicado, representa os efeitos dados às mesmas características, para trabalhadores localizados em regiões diferentes, isto é, o retorno às características. Por exemplo, a diferença de rendimentos entre Urbano e Rural ocorre porque as pessoas têm níveis de educação diferentes ou porque pessoas com o mesmo nível educacional possuem retornos a educação diferentes entre estas duas localidades?

Embora a aplicação dessa técnica seja mais comum em estudos sobre discriminação de gênero e raça no mercado de trabalho (FIRPO, FORTIN E LEMIEUX, 2010), é possível empregar esse método para estudar diferenças entre grupos localizados entre diferentes regiões. A investigação é feita através de uma análise das características médias de cada parte, grupo ou região que se queira estudar (JANN, 2008). Por exemplo, Silveira Neto e Menezes (2008) e Oliveira e Silveira Neto (2016) aplicam esse método para estudar as diferenças de rendimento entre as regiões Sudeste e Nordeste. Os autores concluem que grande parte do diferencial de renda entre essas regiões é explicado tanto pela diferença do nível de escolaridade (Efeito Dotação), quanto em diferenças no retorno à escolaridade (Efeito Retorno).

Para realizarmos a decomposição, é preciso estimar antes a equação mincerciana para as duas Urbano e Rural separadamente, conforme se segue:

$$\text{Ln } w_{\text{URB}} = \hat{\alpha}_{\text{URB}} + \sum \hat{\beta}_{\text{URB}} X_{i\text{URB}} + \hat{u}_{\text{URB}}$$

$$\text{Ln } w_{\text{RUR}} = \alpha_{\text{RUR}} + \hat{\beta}_{\text{RUR}} X_{i\text{RUR}} + \hat{u}_{\text{RUR}}$$

² Detalhadas no apêndice.

Onde $\ln w$ é o logaritmo natural do salário do trabalhador; X_i é a matriz de atributos produtivos e não produtivos, no ponto médio de cada região, que são significativos para determinar o rendimento do trabalho; \hat{u} é o termo do erro que, por hipótese, tem média igual à zero, distribuição normal e variância constante.

Subtraindo uma equação da outra ficamos com:

$$(\ln w_{URB} - \ln w_{RUR}) = (\hat{\alpha}_{URB} - \hat{\alpha}_{RUR}) + (\hat{\beta}_{URB} X_{iURB} - \hat{\beta}_{RUR} X_{iRUR})$$

Inserimos um termo contrafactual:

$$(\ln w_{URB} - \ln w_{RUR}) = (\hat{\alpha}_{URB} - \hat{\alpha}_{RUR}) + (\hat{\beta}_{URB} X_{iURB} - \hat{\beta}_{RUR} X_{iURB}) + (\hat{\beta}_{RUR} X_{iURB}) - \hat{\beta}_{RUR} X_{iRUR}$$

E rearranjamos essa equação para chegar em:

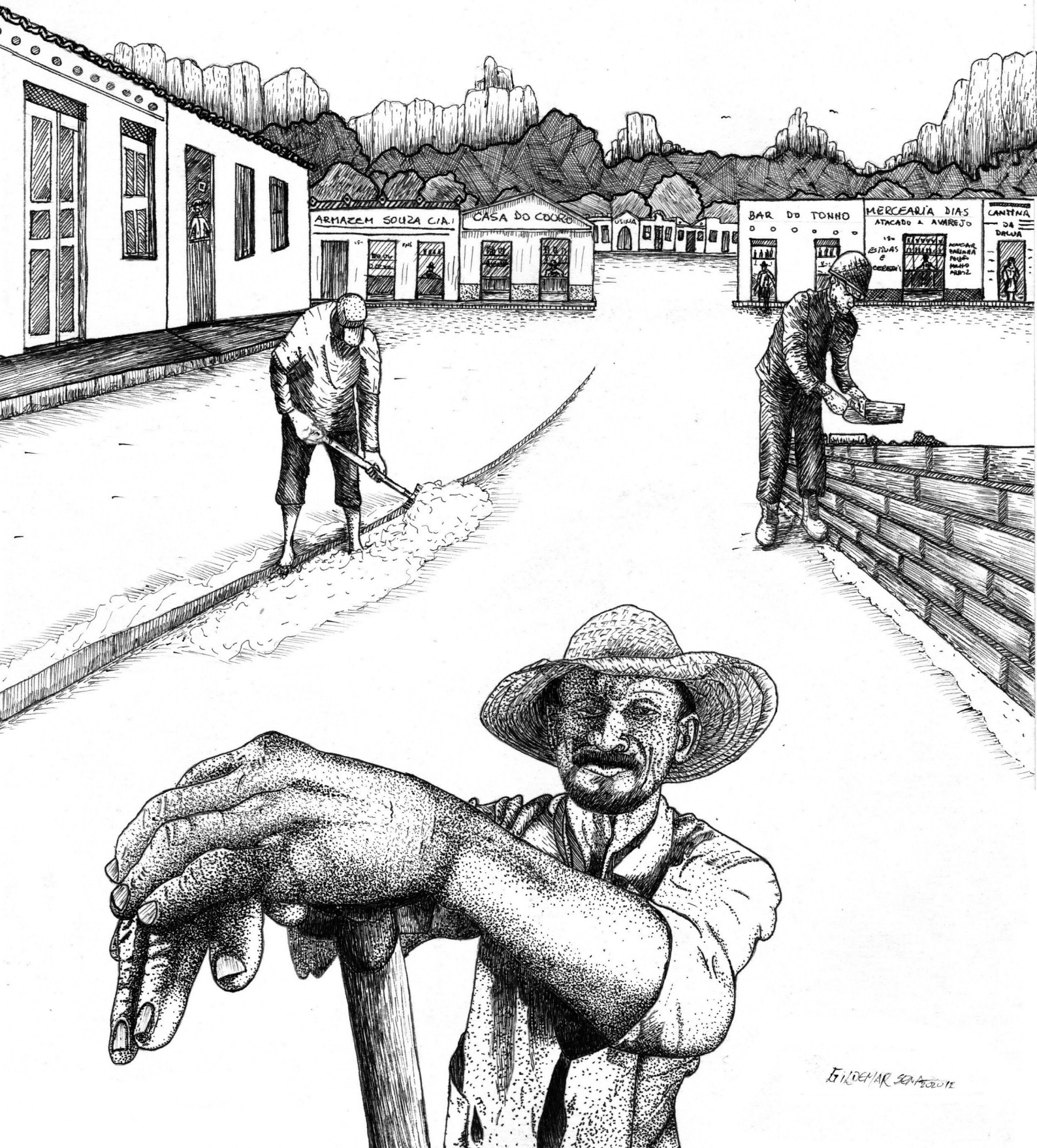
$$E(\ln w_{URB} - \ln w_{RUR}) = (\hat{\alpha}_{URB} - \hat{\alpha}_{RUR}) + X_{iURB} \Delta\hat{\beta} - \hat{\beta}_{RUR} \Delta X_i$$

Onde,

$$\Delta\hat{\beta} = \hat{\beta}_{URB} - \hat{\beta}_{RUR}$$

$$\Delta X_i = X_{iURB} - X_{iRUR}$$

O primeiro termo reflete a diferença nos interceptos das regressões e o segundo é o diferencial nos retornos dos atributos entre Rural e Urbano. Juntos, esses dois primeiros termos refletem o efeito regional, ou seja, o diferencial nos rendimentos auferidos em cada região, independente dos atributos dos trabalhadores. O terceiro termo dessa equação é a diferença média na quantidade de atributos produtivos e não produtivos entre as duas regiões. Importante observar que a probabilidade de entrar no mercado de trabalho é diferente entre homens e mulheres, bem como entre pessoas residentes nas zonas urbanas e rurais. Portanto, de modo a corrigir por este problema de seleção no mercado de trabalho, realizou-se o procedimento da correção de Heckman.



FILIPPE ARSENAL 2012

4. Estrutura e evolução da desigualdade rural urbana no tempo

Na tabela 1 apresentamos a evolução de diversas características entre as regiões urbanas e rurais no Brasil entre os anos de 1991 e 2010. Primeiramente é possível observar que o rendimento médio do trabalho principal aumentou em 41,5% na zona rural e 22% na zona urbana. Já o rendimento real total, que inclui o rendimento de outras fontes, como programas sociais, aumentou 61,36% na zona rural e 44,2% na zona urbana. O rendimento total é menor que o rendimento do trabalho pois aqui se inclui pessoas que não recebem renda do trabalho. Contudo, em 2010 o rendimento real do trabalho principal da zona rural em 2010 era apenas 48,5% do rendimento da zona rural, enquanto o rendimento real total apenas 39,3%.

Outro fator que chama atenção é a evolução do nível de escolaridade da população. Enquanto em 1991 cerca de 61,3% da população da zona rural era analfabeta, esse percentual passa para apenas 24% em 2010. Já na zona urbana esses valores são 32% e 12%, respectivamente. Por outro lado, enquanto em 2010 apenas 7,89% da população rural tinha ensino médio e 0,70% tinha ensino superior, esses

percentuais na zona urbana são 20,7% e 4,3% respectivamente. Essas alterações podem estar refletindo diversas políticas educacionais realizadas ao longo do tempo, tais como o programa Todos pela Alfabetização e programas de educação técnica e profissional. Contudo, aparentemente estas políticas não foram suficientes para reduzir a forte disparidade educacional entre as regiões.

TABELA 1. CARACTERÍSTICAS DOS MORADORES DE REGIÕES RURAIS OU URBANAS DA REGIÃO NORDESTE NOS CENSOS 1991, 2000 E 2010

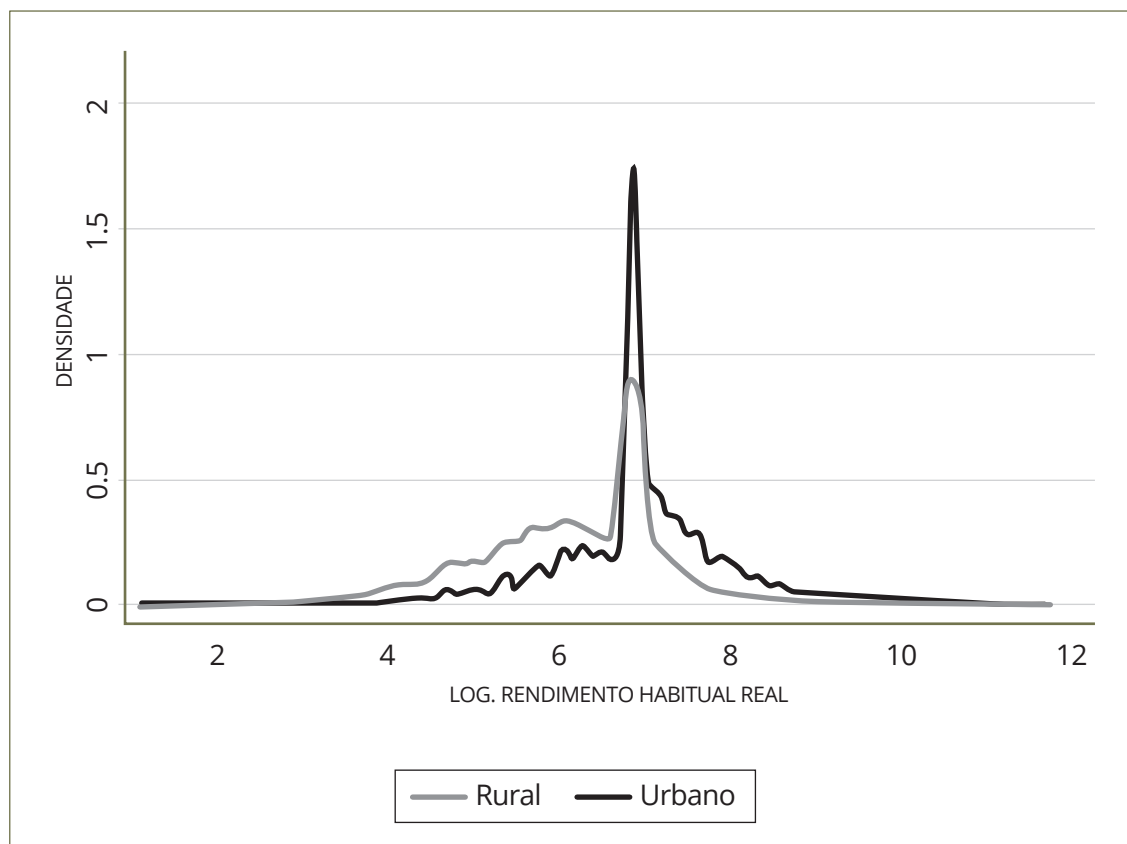
Variáveis	Rural			Urbano		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Rendimento real do trabalho principal (R\$)	294.2	316.6	416.3	702.5	823.1	857.4
Rendimento real total (R\$)	132.2	128.45	213.0	375.54	484.0	541.6
Rendimento real familiar (R\$)	518.0	536.15	719.54	1320.2	1573.2	1621.3
Idade (média)	26.56	23.57	28.06	28.10	26.80	29.91
Alfabetizado (%)	38.67	75.45	76.63	68.12	88.00	87.88
Nasceu no município que mora (%)	83.00	83.21	80.41	63.52	67.41	67.81
Ensino fundamental (%)	1.68	4.83	12.38	8.41	12.98	15.63
Ensino médio (%)	1.14	2.28	7.89	8.75	13.57	20.67
Ensino superior (%)	0.13	0.16	0.73	2.14	2.81	4.34
Mulheres (%)	48.79	49.38	48.58	52.69	52.56	52.13
Pretos e pardos (%)	76.68	68.71	73.11	71.38	63.81	67.92
Casado(a) (%)	38.28	33.89	41.32	38.14	37.24	41.00

Fonte: elaboração própria, a partir dos Censos de 1970-2010.

A figura 1 apresenta a distribuição dos rendimentos no mercado de trabalho rural e urbano do Nordeste. A distribuição dos dados indica que os trabalhadores urbanos possuem, em média, rendimentos superiores em relação aos rurais (o

gráfico situa-se mais à direita para os urbanos). Além disso, observa-se que os rendimentos dos trabalhadores urbanos possuem uma distribuição um pouco mais simétrica em torno da sua média.

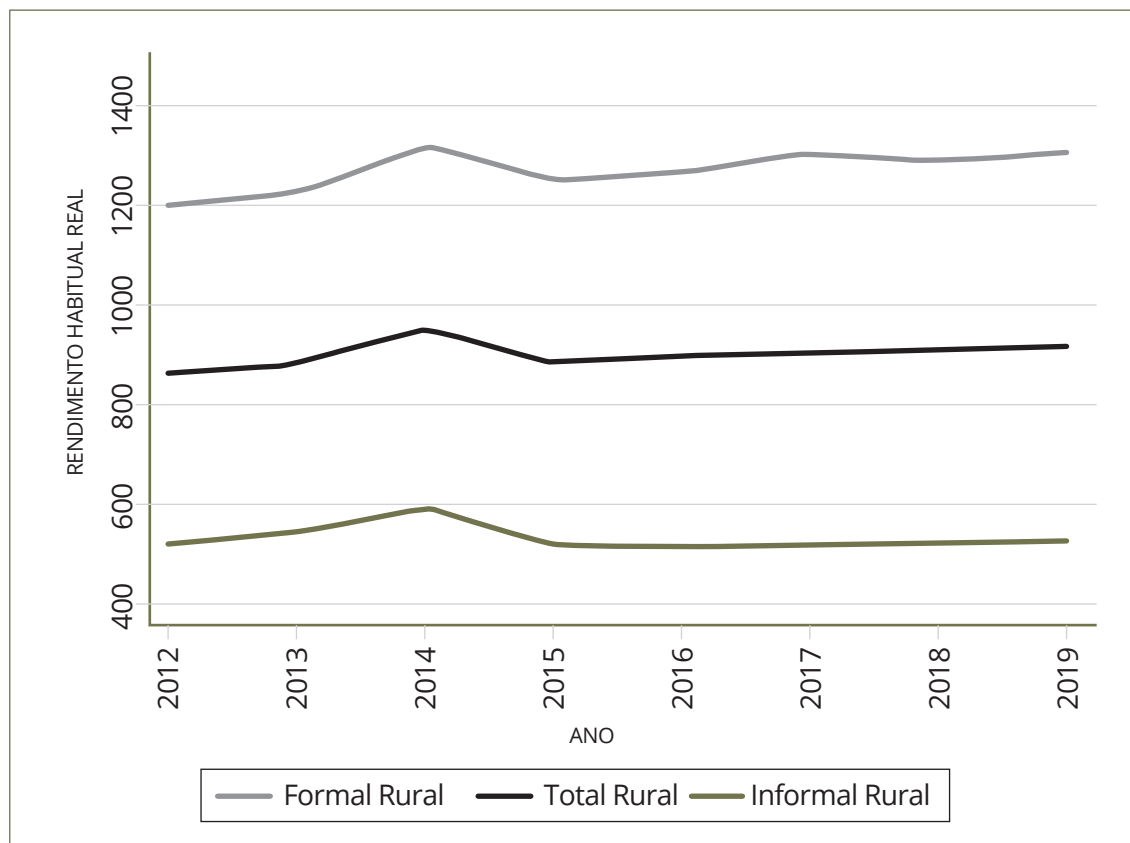
FIGURA 1. DISTRIBUIÇÃO DO RENDIMENTO REAL RURAL E URBANO: 2012-2019



Fonte: elaboração própria, a partir da PNADC (4º trimestre de 2012 – 4º trimestre 2019).

As figuras 2 e 3 apresentam a evolução do rendimento habitual real dos trabalhadores rurais e urbanos no Nordeste, entre os anos de 2012 e 2019, em relação ao mercado de trabalho formal e informal. A figura 2 mostra essa evolução para a média do rendimento real na zona rural e, de maneira geral, observa-se que a média dos rendimentos do setor formal é sempre superior ao informal. Nota-se uma interrupção de uma tendência de alta entre os anos de 2014 e 2015, que pode estar relacionada à crise econômica que marcou esse período e, posterior a isso, um movimento de recuperação nos rendimentos do setor formal. No setor informal, por sua vez, observa-se uma estagnação da média dos rendimentos desde 2015, fazendo com que a média do total dos rendimentos na zona rural ainda não tenha retornado ao nível observado em 2014.

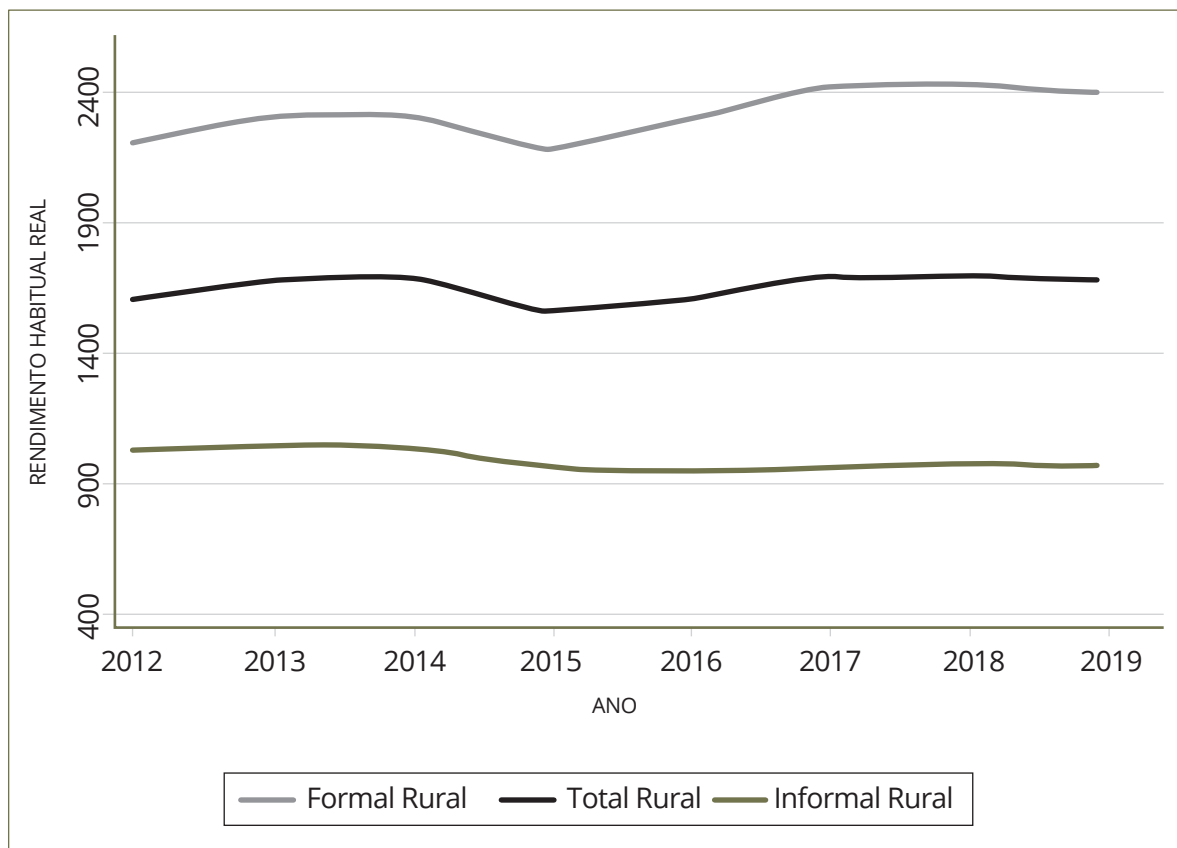
FIGURA 2. EVOLUÇÃO DO RENDIMENTO REAL RURAL: 2012-2019



Fonte: elaboração própria, a partir da PNADC (4º trimestre de 2012 – 4º trimestre 2019).

A figura 3, por sua vez, mostra a evolução do rendimento real na zona urbana, onde é possível perceber que, da mesma forma, a média dos rendimentos do setor formal é superior à informal, e que houve uma queda na média total dos rendimentos entre 2014 e 2015. Posterior a 2015, observou-se um movimento de retomada, com o aumento da média de rendimentos do setor formal, o que não foi observado no setor informal, mas, ainda assim, influenciou a média total dos rendimentos no período analisado. Por fim, vale destacar que, os rendimentos na área urbana são, em média, superiores em relação aos rendimentos na área rural, tanto para os formais quanto para os informais.

FIGURA 3. EVOLUÇÃO DO RENDIMENTO REAL URBANO: 2012-2019



Fonte: elaboração própria, a partir da PNADC (4º trimestre de 2012 – 4º trimestre 2019).

A tabela 1 apresenta as estatísticas descritivas dos mercados de trabalho rural e urbano da região Nordeste, entre 2012 e 2019, construída a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD Contínua). É possível observar que houve um aumento na parcela de trabalhadores urbanos entre 2012 e 2019, passando de 79,8% para 82,1%. A remuneração real do trabalho principal, as horas de trabalho semanais e a proporção de trabalhadores com um ano ou mais de experiência no emprego são maiores para os trabalhadores urbanos em relação aos rurais. No entanto, a média dos rendimentos habitualmente recebidos cresceu para os trabalhadores rurais entre 2012 e 2019, ao passo que para os urbanos essa média caiu. A respeito da escolaridade na zona rural, é possível perceber que a proporção de pessoas com ensino médio cresceu oito pontos percentuais e a proporção de pessoas com ensino superior quase dobrou no mesmo período.

TABELA 2. CARACTERÍSTICAS DOS EMPREGOS RURAIS E URBANOS

Variável	Rural		Urbano		Rural - Agropecuária	
	4º trim. 2012	4º trim. 2019	4º trim. 2012	4º trim. 2019	4º trim. 2012	4º trim. 2019
Trabalhadores (%)	20,19	17,90	79,81	82,10	47,7	42,8
Rendimento real médio habitual (R\$)	697,1	744,4	1.603,2	1.527,6	507	516,3
Horas trabalhadas semanais médias	35,2	33,9	39,3	37,2	35	33,2
Idade média	37,0	38,2	36,9	38,8	40	40,2
Ensino fundamental (%)	7,9	7,6	9,5	6,9	6,4	7,1
Ensino médio (%)	15,0	23,0	32,5	33,6	5,1	11,4
Ensino superior (%)	2,4	4,6	12,5	16,4	0,3	0,5
Mulheres (%)	29,9	30,4	43,3	42,4	14,6	11,9
Experiência de 1 ano ou mais (%)	71,6	69,2	75,0	75,6	76,2	71,6
Formal (%)	26,2	27,9	54,0	49,8	11,9	14,4
Pretos e pardos (%)	79,9	80,0	73,6	75,5	82,4	81,8
Agropecuária (%)	47,7	42,8	5,3	11,1	-	-
Indústria (%)	8,0	8,0	11,6	9,5	-	-
Construção (%)	8,8	7,9	10,2	7,8	-	-
Comércio (%)	10,0	11,0	22,6	20,6	-	-
Serviços (%)	20,5	27,3	41,8	44,7	-	-
Administração Pública (%)	5,0	3,0	8,5	6,2	-	-
Diretores e gerentes (%)	1,8	0,9	5,0	2,6	0,9	0,3
Profissionais das ciências e intelectuais (%)	4,2	3,7	9,4	10,0	0,0	0,1
Técnicos e profissionais de nível médio (%)	2,8	2,6	7,3	6,5	0,5	0,1
Apoio administrativo (%)	1,8	2,4	8,0	7,3	0,1	0,1
Serviços e vendedores dos comércios e mercados (%)	10,7	15,9	22,1	26,0	0,4	0,7
Trabalhadores qualificados da agropecuária (%)	20,6	25,7	2,5	6,8	43,1	59,5
Construção, artes mecânicas e outros (%)	9,4	10,9	13,3	12,8	0,4	1,6
Operadores de instalações e máquinas e montadores (%)	5,8	6,4	8,9	7,4	1,0	1,4
Ocupações elementares (%)	42,7	31,4	22,3	19,8	53,6	36,1
Forças armadas, policiais e bombeiros militares (%)	0,1	0,1	0,6	0,9	-	-
Região metropolitana (%)	8,4	7,7	48,6	41,1	3,2	3,9

Fonte: elaboração própria, a partir da PNADC trimestral.

A proporção de mulheres no mercado de trabalho se manteve estável no período analisado tanto no ambiente rural quanto urbano, mantendo uma média de aproximadamente doze pontos percentuais acima para a proporção de trabalhadoras da zona urbana em relação às da zona rural. Os pretos e pardos são maioria nos mercados de trabalho urbano e rural do Nordeste, mas sua proporção é ainda maior na área rural. Como esperado, a zona urbana concentra a maior parte dos empregos formais, contudo, a proporção de pessoas formalizadas cresceu na zona rural no período analisado, enquanto na zona urbana essa proporção caiu. A maior parte dos empregos da zona rural se concentra no setor agropecuário, mas ao longo da última década essa proporção tem caído, ao mesmo tempo em que se abre espaço ao setor de comércio e serviços. No ambiente urbano, o setor de serviços segue concentrando quase a metade dos empregos, aumentando essa proporção no período analisado. Por fim, vale ressaltar que, há uma queda na parcela de trabalhadores das áreas rural e urbana que vivem em regiões metropolitanas.

Já nas últimas duas colunas dessa tabela adicionamos as informações apenas de indivíduos do setor agropecuário na zona Rural. Como pode ser observado, esses indivíduos possuem renda inferior, o nível educacional também é menor e há um maior percentual de trabalhadores em ocupações elementares. Nota-se ainda uma forte queda da formalização dos mesmos em relação ao setor rural como um todo. Este resultado sugere que, mesmo com os avanços nos últimos anos, os trabalhadores do setor agropecuário nas zonas rurais possuem menor qualificação do que os demais trabalhadores, o que implica também em menor renda do trabalho³.

Adicionalmente, nas tabelas 3 e 4 são apresentadas as estatísticas descritivas por unidade da federação. Na tabela 3 são apresentadas as estatísticas apenas para a zona rural e na tabela 4 as estatísticas para a zona urbana. Em geral os resultados são bastante similares ao observado para a região Nordeste como um todo, sendo as áreas rurais de todos os estados mais pobres, com uma maior participação do setor agropecuário e com baixa formalização dos trabalhadores.

³ É importante notar, entretanto, que estes dados devem ser vistos com cautela haja vista que a representatividade da PNAD Contínua é a nível de Estados, Regiões, Região Metropolitana, Rural e Urbano. Não sendo possível tirar muitas conclusões para a amostra setor agropecuário – rural.

TABELA 3. CARACTERÍSTICAS DOS EMPREGOS RURAIS POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO (4º TRIMESTRE DE 2019)

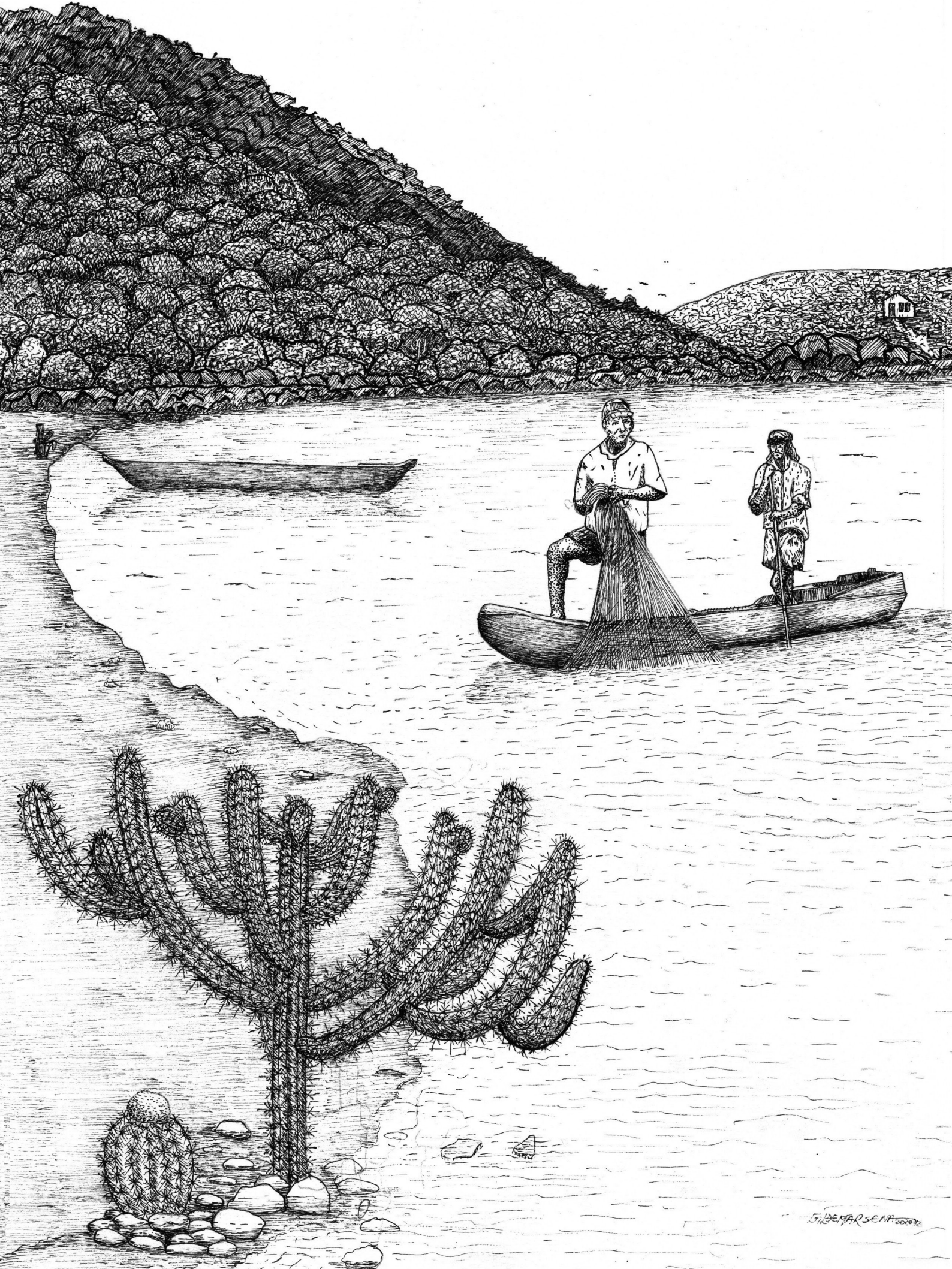
Variável	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA
Trabalhadores (%)	13,2	8,4	17	5,1	6,5	10,9	4,1	4,5	30,3
Rendimento real médio habitual (em R\$)	728	649	656	899	837	738	926	720	763
Horas trabalhadas semanais médias	33	30	33	34	36	35	36	34	34
Idade média	38	40	38	38	38	37	38	38	39
Ensino fundamental (%)	9,1	7,0	10,2	8,7	5,7	6,9	6,1	6,3	6,4
Ensino médio (%)	24,8	18,2	25,5	22,7	21,6	23,1	20,8	19,1	23,2
Ensino superior (%)	5,7	5,0	5,2	5,6	5,5	4,4	7,5	3,2	3,3
Mulheres (%)	32,9	32,0	31,8	28,0	29,3	28,0	30,8	32,5	29,3
Experiência 1 ano ou mais (%)	70,6	57,1	67,4	62,8	78,7	69,7	62,7	71,2	72,5
Formal (%)	24,5	23,2	24,9	37,1	33,0	26,4	42,1	25,7	28,8
Pretos e pardos (%)	85,8	85,7	78,7	73,2	72,6	74,1	74,5	83,8	81,8
Agropecuária (%)	42,5	39,4	38,0	33,0	38,7	44,0	37,9	44,3	49,1
Indústria (%)	5,4	6,7	10,5	5,8	10,8	11,5	5,4	9,7	6,6
Construção (%)	8,5	9,7	8,0	12,0	8,6	6,6	7,9	6,3	7,0
Comércio (%)	11,3	13,1	11,8	11,2	12,1	9,2	12,0	10,5	10,1
Serviços (%)	28,9	29,0	30,0	34,3	26,9	24,7	31,9	26,5	24,1
Administração Pública (%)	3,3	2,1	1,8	3,8	2,9	3,9	4,9	2,5	3,2
Diretores e gerentes (%)	0,8	0,9	1,0	1,4	1,1	1,1	0,7	0,2	0,6
Profissionais das ciências/intelectuais (%)	5,9	3,5	3,7	3,7	2,9	3,7	6,1	2,6	2,8
Técnicos/profissionais de nível médio (%)	3,1	1,9	3,2	3,3	3,0	2,4	4,5	1,6	2,0
Apoio administrativo (%)	2,0	2,8	2,1	4,2	3,1	1,9	2,3	1,6	2,5
Serviços e vendedores dos comércios (%)	17,8	19,2	16,6	16,9	16,0	13,5	19,8	18,0	13,7
Trabalhador qualificado/agropecuária (%)	22,6	22,8	22,0	18,5	23,3	28,8	17,1	21,4	32,4
Construção, artes mecânicas e outros (%)	11,0	12,1	12,5	12,6	12,8	10,1	7,7	12,5	9,5
Operadores de máquinas/montadores (%)	5,5	4,3	5,2	5,9	8,2	10,4	7,4	7,3	5,9
Ocupações elementares (%)	31,2	32,3	33,7	33,2	29,4	28,1	34,2	34,7	30,3
Forças armadas, policiais e bombeiros (%)	0,1	0,3	0,0	0,1	0,2	0,1	0,2	0,1	0,1
Região metropolitana (%)	8,7	15,9	11,2	22,9	11,7	4,8	1,4	2,5	2,4

Fonte: elaboração própria, a partir da PNADC trimestral.

TABELA 4. CARACTERÍSTICAS DOS EMPREGOS URBANOS POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO (4º TRIMESTRE DE 2019)

Variável	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA
Trabalhadores (%)	10,2	5,1	17,5	6,5	6,9	18,3	5,0	4,4	26,2
Rendimento real médio habitual (em R\$)	1.456,9	1.485	1.769	1.995	1.704	1.746,3	1.565	1.672,2	1.708
Horas trabalhadas semanais médias	37,0	36	39	37	38	38,7	38	37,6	38
Idade média	38,3	39	39	39	39	38,9	38	38,1	39
Ensino fundamental (%)	7,7	6,5	8,1	5,5	6,2	7,0	6,4	6,3	6,1
Ensino médio (%)	38,3	31,6	34,8	31,6	32,5	37,4	32,4	34,2	38,7
Ensino superior (%)	16,6	21,5	18,9	23,3	20,9	19,5	19,2	18,9	17,6
Mulheres (%)	43,6	45,3	45,7	44,5	42,9	44,5	43,5	45,8	46,2
Experiência 1 ano ou mais (%)	76,1	71,3	75,6	76,4	79,5	79,9	76,4	77,7	76,7
Formal (%)	44,5	50,6	53,2	59,9	55,2	56,3	57,2	56,0	56,8
Pretos e pardos (%)	79,8	81,5	71,2	61,4	67,4	67,6	73,3	80,4	82,3
Agropecuária (%)	5,3	3,9	3,1	4,3	4,9	3,2	5,4	5,0	4,9
Indústria (%)	6,4	7,2	13,1	8,7	9,5	11,5	6,3	8,5	9,7
Construção (%)	10,3	8,1	7,3	6,4	8,1	7,1	7,7	8,5	7,7
Comércio (%)	25,5	23,1	23,1	22,0	21,8	22,7	23,8	21,4	21,5
Serviços (%)	45,5	50,2	47,6	50,1	47,3	48,1	48,6	49,5	49,9
Administração Pública (%)	7,0	7,6	5,7	8,5	8,3	7,3	8,2	7,1	6,3
Diretores e gerentes (%)	2,2	2,9	3,8	3,8	2,8	3,7	2,0	3,2	2,1
Profissionais das ciências/intelectuais (%)	10,6	12,7	10,7	12,9	12,4	11,2	12,1	11,0	11,1
Técnicos/profissionais de nível médio (%)	6,7	6,5	6,9	7,9	7,5	7,7	6,9	7,0	7,9
Apoio administrativo (%)	7,8	9,0	8,3	7,8	7,7	8,5	8,4	8,6	8,5
Serviços e vendedores dos comércios (%)	28,7	28,4	29,2	29,1	26,1	27,5	29,6	27,9	27,7
Trabalhador qualificado/agropecuária (%)	3,3	2,9	2,0	2,5	2,9	2,3	1,7	2,8	3,4
Construção, artes mecânicas e outros (%)	14,5	12,7	13,7	11,6	12,8	12,6	11,8	13,1	13,6
Operadores de máquinas/montadores (%)	6,7	6,4	7,5	6,5	7,3	9,4	7,1	6,7	7,6
Ocupações elementares (%)	18,8	17,5	16,9	16,5	19,3	15,6	19,7	18,7	17,2
Forças armadas, policiais e bombeiros (%)	0,8	1,1	0,9	1,4	1,1	1,5	0,6	0,8	0,9
Região metropolitana (%)	36,2	44,2	59,3	54,7	41,4	52,6	56,9	55,3	41,1

Fonte: elaboração própria, a partir da PNADC trimestral.



G. DEMARSEN 2000

5. Análise dos resultados

Nesta seção apresentaremos a análise dos parâmetros estimados da decomposição Oaxaca-Blinder utilizando os dados da PNAD Contínua. Os resultados estimados da tabela 5 sugerem que a desigualdade de rendimentos entre as regiões urbanas e rurais no Brasil ainda é bastante elevada. Em 2019, por exemplo, a diferença de rendimentos, mensurada pelo logaritmo do salário-hora foi de 0.672 para os homens e 0.560 para as mulheres. Isso significa que, em média, os homens na zona urbana recebem quase o dobro do rendimento dos homens na zona rural, enquanto as mulheres na zona urbana recebem 1,75 vezes o rendimento das mulheres na zona rural.

Ao analisar a contribuição dos efeitos composição e estrutura salarial para explicação da desigualdade, observa-se que ambos são positivos. Isto significa que os trabalhadores na zona urbana possuem, em média, melhores características produtivas, quanto maior retorno às características produtivas. E, mais especificamente, para 2019 por exemplo, a diferença entre as características produtivas explica cerca de 82% da desigualdade dos rendimentos para os homens, 78% da desigualdade de rendimentos para as mulheres⁴. Esse resultado sugere que a redução da desigualdade de rendimentos entre as áreas rurais e urbana do Brasil ainda passa pela melhoria do capital humano e da estrutura produtiva das regiões rurais.

Em seguida analisamos a contribuição de cada variável explicativa do modelo de regressão para explicar os efeitos composição e estrutura salarial e, conseqüentemente, a desigualdade. No caso do efeito composição, o primeiro fator que chama atenção é que, apesar de a escolaridade, tanto a nível de ensino médio, quanto a nível de ensino superior apresentam valores positivos. Isso significa que as áreas urbanas dispõem de trabalhadores com melhor nível de escolaridade e, também, um retorno maior à escolaridade. Isto é, um trabalhador com o mesmo nível de escolaridade na região urbana recebe um salário mais elevado. Entretanto, os componentes da escolaridade não possuem magnitude tão elevada. As principais variáveis explicativas desse componente são tipo de ocupação, possuir emprego formal, e tipo de setor de atividade. Ou seja, a explicação da disparidade de rendimentos entre as regiões parece ser mais explicada pelas características da estrutura produtiva do que pelo capital humano propriamente.

Esse resultado é bastante relacionado com as evidências da literatura brasileira. As regiões rurais brasileiras são caracterizadas por uma baixa diversificação da sua estrutura produtiva, o que limita, tanto os tipos de ocupações que os trabalhadores podem conseguir trabalhar, quanto os setores de atividade econômica nestas regiões. Essas situações na zona rural refletem diversos fatores, como a falta de infraestrutura de transportes, distância aos principais mercados consumidores, clima desfavorável e mercado de traba-

lho com poucos trabalhadores qualificados que dificulta a atração de empresas. Soma-se o fato de a informalidade ser um fator histórico e persistente das zonas rurais brasileiras, mesmo com diversas políticas adotadas ao longo do tempo no sentido de facilitar a formalização de firmas e trabalhadores.

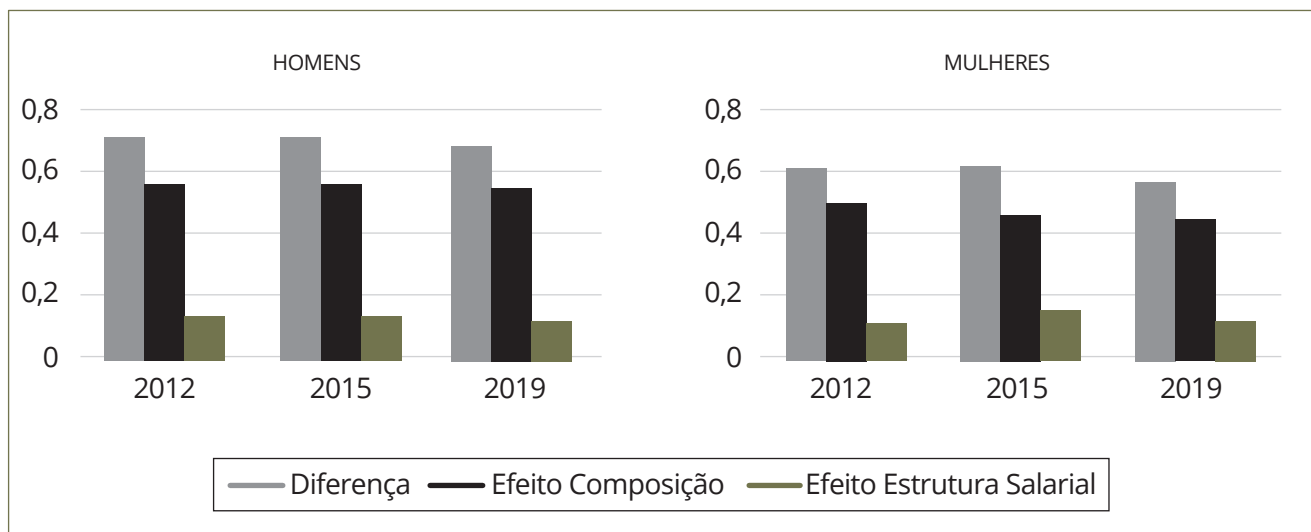
Já ao observar a contribuição das variáveis para o efeito estrutura salarial, é possível observar que, enquanto o tipo de setor e o tipo de ocupação têm contribuições positivas, isto é, aumentam a desigualdade, ser formalizado tem contribuição negativa. Para homens a contribuição destes grupos foi de 0,215 e 0,066, respectivamente. Enquanto para mulheres a contribuição foi de 0,094 e 0,080, respectivamente. Esse é um resultado muito importante pois significa que ao comparar dois indivíduos com as mesmas características produtivas, trabalhando em ofícios similares, o fato de ser formal proporciona um rendimento mais elevado na zona rural do que na zona urbana. A contribuição de ser formal foi de 1,121 para homens e 0,131 para mulheres. Este resultado é mais uma evidência da importância das políticas de assistência técnica e que auxiliem os trabalhadores da zona rural a se formalizarem ou buscarem postos de trabalhos formais.

Ademais, ao analisar a contribuição do setor agropecuário para a desigualdade, duas situações distintas são verificadas. Primeiro, o setor agropecuário possui valores positivos dentro do efeito composição. O efeito para homens era

⁴ Esse percentual é obtido dividindo o valor de cada efeito sobre o valor da desigualdade. Por exemplo, em 2019 a contribuição do efeito composição para 2019 foi obtida como $(0,549 \cdot 100 / 0,672)$ para homens e $(0,439 \cdot 100 / 0,560)$ para mulheres.

0.136 em 2012 e reduziu para 0.063 em 2019, para as mulheres esses valores são 0.096 e 0.058, respectivamente. Isso significa que as características produtivas dos trabalhadores e trabalhadoras no setor agropecuário conferem uma renda mais elevada para aqueles da zona urbana do que na zona rural. Por outro lado, a contribuição da agropecuária para o efeito estrutura salarial é zero, o que significa que dois indivíduos com as mesmas características produtivas, possuem o mesmo retorno salarial por trabalhar no setor agropecuário.

FIGURA 4. CONTRIBUIÇÃO DOS EFEITOS COMPOSIÇÃO E ESTRUTURA SALARIAL PARA A DESIGUALDADE ENTRE RURAL E URBANO



Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados da PNAD.

TABELA 5. SALÁRIOS-HORA ESTIMADOS, DESIGUALDADE, EFEITO COMPOSIÇÃO E EFEITO ESTRUTURA SALARIAL

	HOMEM			MULHER		
	2012	2015	2019	2012	2015	2019
Salário Urbano	1.922*** (0.000)	1.959*** (0.000)	1.963*** (0.000)	1.836*** (0.000)	1.888*** (0.000)	1.919*** (0.000)
Salário Rural	1.230*** (0.001)	1.265*** (0.000)	1.291*** (0.001)	1.233*** (0.001)	1.278*** (0.001)	1.360*** (0.001)
Diferença	0.692*** (0.001)	0.694*** (0.001)	0.672*** (0.001)	0.604*** (0.001)	0.609*** (0.001)	0.560*** (0.001)
Efeito Composição	0.558*** (0.001)	0.565*** (0.001)	0.549*** (0.001)	0.496*** (0.002)	0.460*** (0.002)	0.439*** (0.002)
Ens. Fundamental	0.002*** (0.000)	0.001*** (0.000)	-0.000 (0.000)	-0.000*** (0.000)	-0.001*** (0.000)	-0.002*** (0.000)
Ens. Médio	0.021*** (0.000)	0.025*** (0.000)	0.013*** (0.000)	0.013*** (0.000)	0.025*** (0.000)	0.004*** (0.000)
Ens. Superior	0.034*** (0.000)	0.044*** (0.000)	0.028*** (0.001)	0.033*** (0.001)	0.057*** (0.001)	0.023*** (0.001)
Negro	0.005*** (0.000)	0.004*** (0.000)	0.002*** (0.000)	0.001*** (0.000)	0.006*** (0.000)	0.000** (0.000)
Formal	0.130*** (0.000)	0.150*** (0.000)	0.121*** (0.000)	0.131*** (0.000)	0.143*** (0.000)	0.131*** (0.000)
Agropecuária	0.136*** (0.001)	0.043*** (0.001)	0.063*** (0.001)	0.096*** (0.001)	0.089*** (0.001)	0.058*** (0.001)
Indústria	-0.003*** (0.000)	-0.002*** (0.000)	-0.004*** (0.000)	-0.003*** (0.000)	0.002*** (0.000)	0.002*** (0.000)
Construção	0.003*** (0.000)	0.008*** (0.000)	0.001*** (0.000)	-0.001*** (0.000)	0.001*** (0.000)	0.001*** (0.000)
Comércio	-0.010*** (0.000)	-0.005*** (0.000)	-0.006*** (0.000)	-0.000 (0.000)	0.010*** (0.000)	0.009*** (0.000)
Serviço	-0.012*** (0.000)	0.009*** (0.000)	0.002*** (0.000)	-0.005*** (0.000)	0.026*** (0.000)	0.013*** (0.000)
Adm. Pública	0.003*** (0.000)	0.006*** (0.000)	0.008*** (0.000)	-0.001*** (0.000)	0.010*** (0.000)	0.011*** (0.000)
Atividades mal definidas	-0.000*** (0.000)	-0.000 (0.000)	0.000*** (0.000)	-0.000*** (0.000)	0.000 (0.000)	-0.000*** (0.000)
Ocupação	0.155*** (0.001)	0.200*** (0.001)	0.215*** (0.001)	0.085*** (0.001)	0.029*** (0.001)	0.080*** (0.001)
Experiência	-0.003*** (0.000)	-0.000 (0.000)	0.001*** (0.000)	0.003*** (0.000)	0.001*** (0.000)	0.007*** (0.000)
Outras	0.098*** (0.001)	0.083*** (0.001)	0.102*** (0.001)	0.144*** (0.002)	0.062*** (0.002)	0.101*** (0.002)
Efeito Estrutura Salarial	0.135*** (0.001)	0.128*** (0.001)	0.123*** (0.001)	0.108*** (0.002)	0.149*** (0.002)	0.121*** (0.002)

	HOMEM			MULHER		
	2012	2015	2019	2012	2015	2019
Ens. Fundamental	-0.002*** (0.000)	-0.001*** (0.000)	0.000** (0.000)	-0.003*** (0.000)	-0.006*** (0.000)	-0.006*** (0.000)
Ens. Médio	-0.003*** (0.001)	-0.030*** (0.001)	-0.003*** (0.001)	-0.008*** (0.001)	-0.075*** (0.001)	0.008*** (0.001)
Ens. Superior	0.023*** (0.001)	0.002*** (0.001)	0.036*** (0.001)	0.054*** (0.001)	0.001 (0.001)	0.086*** (0.001)
Negro	-0.007*** (0.001)	-0.022*** (0.001)	-0.043*** (0.001)	-0.060*** (0.001)	-0.014*** (0.001)	-0.075*** (0.001)
Formal	-0.101*** (0.001)	-0.126*** (0.001)	-0.065*** (0.001)	-0.150*** (0.001)	-0.161*** (0.001)	-0.140*** (0.001)
Agropecuária	0.011*** (0.000)	-0.007*** (0.000)	0.003*** (0.000)	-0.001*** (0.000)	0.000*** (0.000)	0.001*** (0.000)
Indústria	0.017*** (0.001)	0.003*** (0.000)	0.012*** (0.000)	0.023*** (0.000)	0.018*** (0.000)	0.007*** (0.000)
Construção	0.014*** (0.001)	-0.011*** (0.000)	0.004*** (0.000)	0.001*** (0.000)	-0.000** (0.000)	-0.000*** (0.000)
Comércio	0.023*** (0.001)	0.001** (0.000)	0.014*** (0.001)	-0.017*** (0.001)	-0.009*** (0.001)	-0.005*** (0.001)
Serviço	0.027*** (0.001)	-0.027*** (0.000)	-0.004*** (0.001)	-0.028*** (0.001)	-0.092*** (0.001)	-0.059*** (0.002)
Adm. Pública	0.015*** (0.000)	0.011*** (0.000)	0.008*** (0.000)	-0.006*** (0.000)	-0.005*** (0.000)	0.001** (0.000)
Atividades mal definidas	-0.000*** (0.000)	0.000*** (0.000)	-0.000*** (0.000)	-0.000*** (0.000)	0.000 (0.000)	0.000** (0.000)
Ocupação	-0.014*** (0.002)	-0.014*** (0.002)	0.035*** (0.001)	-0.043*** (0.002)	0.017*** (0.002)	-0.015*** (0.001)
Experiência	0.130*** (0.011)	-0.480*** (0.010)	-0.014 (0.010)	0.101*** (0.016)	-0.720*** (0.015)	0.525*** (0.016)
Outras	-0.241*** (0.006)	-0.519*** (0.006)	-0.207*** (0.006)	-0.041*** (0.012)	-0.577*** (0.011)	0.267*** (0.010)
Observações	39.539	40.836	35.725	25.1	26.113	24.433

Nota: Erros Padrão entre parênteses. Nível de significância: * $p < 0.10$, ** $p < 0.05$, *** $p < 0.01$

Já na tabela 6 analisamos a desigualdade regional por Estado da Região Nordeste para o ano de 2019. A primeira evidência da tabela é que a desigualdade de rendimentos entre as regiões urbanas e rurais na região Nordeste (0.672) como um todo é inferior apenas à desigualdade obser-

vada nos estados do Ceará (0.780), Piauí (0.724), Pernambuco (0.703) e praticamente idêntica ao nível de desigualdade observado no estado da Bahia. Em todos esses estados, tal como acontece na região Nordeste como um todo, é a diferença de características produtivas que explica a

maior parcela da desigualdade de rendimentos, com destaque para a diferença do nível de formalização, aos tipos de ocupações e da qualificação dos indivíduos no setor agropecuário.

Uma constatação que pode ser observada nesta tabela é que três dos quatro estados com o menor nível de desigualdade são exatamente

os estados com maior presença de trabalhadores formalizados na zona rural, bem como são os estados com menor percentual de trabalhadores da agropecuária na zona rural, tal como apresentado na tabela 3. A saber, os estados do Rio Grande do Norte, da Paraíba e de Alagoas.

TABELA 6. SALÁRIOS-HORA ESTIMADOS, DESIGUALDADE, EFEITO COMPOSIÇÃO E EFEITO ESTRUTURA SALARIAL POR ESTADO DA REGIÃO NORDESTE E APENAS PARA HOMENS

	HOMEM (SETORES DESAGREGADOS - 2019)								
	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA
Salário Urbano	1.841*** (0.001)	1.943*** (0.001)	1.953*** (0.001)	2.097*** (0.001)	1.918*** (0.001)	1.984*** (0.001)	1.953*** (0.001)	1.946*** (0.001)	1.992*** (0.001)
Salário Rural	1.199*** (0.002)	1.219*** (0.002)	1.172*** (0.001)	1.464*** (0.002)	1.431*** (0.002)	1.281*** (0.001)	1.468*** (0.002)	1.418*** (0.002)	1.315*** (0.001)
Diferença	0.642*** (0.002)	0.724*** (0.002)	0.780*** (0.002)	0.633*** (0.002)	0.487*** (0.002)	0.703*** (0.002)	0.485*** (0.003)	0.529*** (0.003)	0.677*** (0.001)
Efeito Composição	0.529*** (0.002)	0.607*** (0.003)	0.602*** (0.002)	0.357*** (0.004)	0.413*** (0.003)	0.609*** (0.003)	0.258*** (0.004)	0.507*** (0.006)	0.553*** (0.003)
Ens. Fundamental	-0.001*** (0.000)	0.002*** (0.000)	-0.002*** (0.000)	0.001*** (0.000)	0.002*** (0.000)	0.001*** (0.000)	0.000 (0.000)	0.002*** (0.000)	0.000*** (0.000)
Ens. Médio	0.027*** (0.001)	0.031*** (0.001)	0.005*** (0.000)	0.013*** (0.000)	0.024*** (0.001)	0.008*** (0.001)	0.014*** (0.001)	0.054*** (0.001)	0.005*** (0.000)
Ens. Superior	0.029*** (0.001)	0.029*** (0.002)	0.001 (0.001)	0.011*** (0.003)	0.062*** (0.002)	0.048*** (0.001)	0.017*** (0.001)	0.147*** (0.005)	0.034*** (0.001)
Negro	0.006*** (0.000)	0.006*** (0.000)	0.003*** (0.000)	-0.003*** (0.000)	-0.001*** (0.000)	0.001*** (0.000)	0.000 (0.000)	0.001*** (0.000)	-0.000*** (0.000)
Formal	0.115*** (0.001)	0.126*** (0.001)	0.135*** (0.001)	0.091*** (0.001)	0.071*** (0.001)	0.116*** (0.001)	0.070*** (0.001)	0.087*** (0.001)	0.112*** (0.001)
Agropecuária	0.048*** (0.002)	0.084*** (0.002)	0.062*** (0.001)	0.067*** (0.001)	0.025*** (0.001)	0.062*** (0.001)	0.024*** (0.001)	0.041*** (0.002)	0.053*** (0.001)
Indústria	0.001*** (0.000)	-0.003*** (0.000)	-0.003*** (0.000)	-0.005*** (0.000)	-0.002*** (0.000)	-0.002*** (0.000)	0.001*** (0.000)	-0.004*** (0.000)	-0.004*** (0.000)
Construção	0.006*** (0.000)	0.001*** (0.000)	0.001*** (0.000)	-0.004*** (0.000)	0.002*** (0.000)	-0.003*** (0.000)	-0.005*** (0.000)	0.004*** (0.000)	0.004*** (0.000)
Comércio	-0.004*** (0.001)	0.011*** (0.001)	-0.006*** (0.000)	0.011*** (0.001)	-0.004*** (0.001)	0.013*** (0.001)	0.003*** (0.001)	-0.023*** (0.001)	-0.012*** (0.000)
Serviço	0.004*** (0.001)	-0.007*** (0.001)	0.001** (0.001)	0.017*** (0.001)	0.007*** (0.001)	0.013*** (0.001)	0.005*** (0.001)	-0.009*** (0.001)	0.017*** (0.001)



HOMEM (SETORES DESAGREGADOS - 2019)									
	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA
Adm. Pública	0.010*** (0.000)	0.015*** (0.000)	0.011*** (0.000)	0.016*** (0.000)	0.005*** (0.000)	0.011*** (0.000)	0.010*** (0.000)	0.009*** (0.000)	0.009*** (0.000)
Atv. mal definidas	0.000*** (0.000)	0.000 (0.000)	-0.000*** (0.000)	0.000 (0.000)	-0.000*** (0.000)	-0.000*** (0.000)	0.000 (0.000)	-0.000* (0.000)	-0.000*** (0.000)
Ocupação	0.223*** (0.002)	0.271*** (0.003)	0.260*** (0.002)	0.133*** (0.003)	0.181*** (0.002)	0.179*** (0.002)	0.150*** (0.002)	0.169*** (0.003)	0.192*** (0.001)
Experiência	-0.001* (0.000)	0.008*** (0.001)	0.001*** (0.000)	0.020*** (0.001)	-0.000 (0.000)	-0.004*** (0.000)	0.013*** (0.001)	0.017*** (0.001)	-0.004*** (0.000)
Outras	0.066*** (0.002)	0.032*** (0.003)	0.133*** (0.002)	-0.013*** (0.003)	0.041*** (0.003)	0.165*** (0.003)	-0.043*** (0.005)	0.013** (0.005)	0.148*** (0.002)
Efeito Estrutura Salarial	0.113*** (0.002)	0.116*** (0.003)	0.178*** (0.003)	0.276*** (0.004)	0.074*** (0.003)	0.094*** (0.003)	0.228*** (0.005)	0.021*** (0.006)	0.124*** (0.003)
Ens. Fundamental	-0.009*** (0.000)	-0.006*** (0.001)	-0.006*** (0.000)	0.013*** (0.000)	-0.011*** (0.000)	-0.001* (0.000)	-0.003*** (0.001)	-0.004*** (0.001)	0.005*** (0.000)
Ens. Médio	-0.060*** (0.002)	-0.051*** (0.002)	0.021*** (0.001)	-0.003* (0.002)	-0.004** (0.002)	0.006*** (0.002)	-0.014*** (0.002)	-0.045*** (0.003)	0.004*** (0.001)
Ens. Superior	0.003** (0.001)	0.037*** (0.002)	0.070*** (0.001)	0.115*** (0.003)	0.004* (0.002)	0.010*** (0.002)	0.037*** (0.002)	-0.079*** (0.005)	0.027*** (0.001)
Negro	-0.012*** (0.004)	0.113*** (0.005)	-0.074*** (0.002)	-0.032*** (0.003)	-0.028*** (0.003)	-0.094*** (0.002)	-0.071*** (0.004)	-0.074*** (0.005)	-0.069*** (0.002)
Formal	-0.075*** (0.001)	-0.092*** (0.002)	-0.106*** (0.001)	0.012*** (0.003)	-0.005** (0.002)	-0.017*** (0.002)	-0.099*** (0.002)	-0.020*** (0.003)	-0.045*** (0.001)
Agropecuária	-0.007*** (0.000)	0.009*** (0.000)	-0.002*** (0.000)	0.002*** (0.000)	-0.011*** (0.000)	0.008*** (0.000)	0.003*** (0.000)	0.004*** (0.000)	-0.007*** (0.000)
Indústria	0.001 (0.000)	0.008*** (0.001)	-0.001** (0.000)	0.004*** (0.001)	0.012*** (0.001)	0.021*** (0.001)	-0.009*** (0.000)	0.013*** (0.001)	-0.000 (0.000)
Construção	-0.025*** (0.001)	-0.027*** (0.001)	-0.005*** (0.000)	0.004*** (0.001)	-0.007*** (0.001)	0.019*** (0.001)	0.033*** (0.001)	-0.006*** (0.001)	-0.013*** (0.000)
Comércio	0.004*** (0.001)	-0.046*** (0.001)	0.015*** (0.001)	-0.015*** (0.001)	0.016*** (0.001)	-0.006*** (0.001)	-0.018*** (0.001)	0.010*** (0.002)	-0.009*** (0.001)
Serviço	-0.022*** (0.001)	-0.011*** (0.002)	-0.006*** (0.001)	-0.052*** (0.002)	-0.007*** (0.001)	-0.009*** (0.002)	-0.030*** (0.002)	-0.025*** (0.002)	-0.069*** (0.001)
Adm. Pública	-0.003*** (0.000)	0.001 (0.001)	0.000 (0.000)	0.005*** (0.001)	0.024*** (0.001)	0.010*** (0.001)	-0.004*** (0.001)	0.011*** (0.001)	-0.008*** (0.000)
Atv. mal definidas	0.000*** (0.000)	0.000 (0.000)	0.000*** (0.000)	0.000 (0.000)	-0.000*** (0.000)	-0.001*** (0.000)	0.000 (0.000)	-0.000*** (0.000)	0.000*** (0.000)
Ocupação	0.022*** (0.004)	0.032*** (0.003)	0.026*** (0.003)	-0.005** (0.003)	-0.017*** (0.003)	0.010*** (0.002)	0.035*** (0.003)	-0.117*** (0.005)	-0.096*** (0.003)
Experiência	-0.703*** (0.034)	-0.577*** (0.039)	0.283*** (0.026)	-0.296*** (0.042)	-0.488*** (0.034)	0.524*** (0.029)	-0.674*** (0.044)	-1.451*** (0.045)	0.491*** (0.019)
Outras	-0.739*** (0.019)	-0.362*** (0.022)	-0.091*** (0.014)	-0.130*** (0.022)	-0.386*** (0.019)	0.059*** (0.016)	-0.594*** (0.024)	-0.912*** (0.026)	0.018* (0.011)

Na tabela 7 apresentamos os mesmos resultados, mas agora para as mulheres. As evidências são bastante similares, mas com duas diferenças. A primeira é que o nível de desigualdade entre rural e urbano possui uma magnitude bas-

tante inferior e a segunda é o fato de que as diferenças de características produtivas, expressas pelo efeito composição desempenham um papel ainda mais relevante para a explicação das disparidades entre as regiões.

TABELA 7. SALÁRIOS-HORA ESTIMADOS, DESIGUALDADE, EFEITO COMPOSIÇÃO E EFEITO ESTRUTURA SALARIAL POR ESTADO DA REGIÃO NORDESTE E APENAS PARA MULHERES

	MULHER (SETORES DESAGREGADOS - 2019)								
	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA
Salário Urbano	1.847*** (0.001)	1.876*** (0.001)	1.908*** (0.001)	2.065*** (0.001)	1.932*** (0.001)	1.963*** (0.001)	1.953*** (0.001)	1.909*** (0.002)	1.891*** (0.001)
Salário Rural	1.277*** (0.003)	1.330*** (0.003)	1.233*** (0.002)	1.596*** (0.004)	1.437*** (0.003)	1.368*** (0.003)	1.632*** (0.004)	1.292*** (0.004)	1.401*** (0.002)
Diferença	0.569*** (0.003)	0.545*** (0.003)	0.675*** (0.002)	0.468*** (0.004)	0.494*** (0.003)	0.595*** (0.003)	0.321*** (0.004)	0.617*** (0.004)	0.490*** (0.002)
Efeito Composição	0.486*** (0.004)	0.319*** (0.005)	0.516*** (0.004)	0.301*** (0.005)	0.364*** (0.005)	0.412*** (0.006)	0.402*** (0.020)	0.624*** (0.009)	0.423*** (0.004)
Ens. Fundamental	-0.002*** (0.000)	-0.007*** (0.000)	-0.001*** (0.000)	-0.012*** (0.001)	0.000 (0.000)	-0.003*** (0.000)	0.007*** (0.000)	-0.001*** (0.000)	-0.001*** (0.000)
Ens. Médio	0.011*** (0.001)	0.005*** (0.001)	0.002*** (0.000)	0.010*** (0.001)	-0.000 (0.000)	0.009*** (0.000)	0.003*** (0.000)	0.002*** (0.000)	0.003*** (0.000)
Ens. Superior	0.023*** (0.001)	0.089*** (0.003)	-0.014*** (0.001)	0.100*** (0.003)	0.020*** (0.003)	0.068*** (0.002)	0.016*** (0.002)	0.049*** (0.004)	0.026*** (0.001)
Negro	0.003*** (0.000)	0.007*** (0.000)	-0.003*** (0.000)	0.013*** (0.001)	0.001*** (0.000)	-0.003*** (0.000)	-0.000** (0.000)	0.000 (0.000)	0.001*** (0.000)
Formal	0.081*** (0.001)	0.119*** (0.002)	0.147*** (0.001)	0.088*** (0.002)	0.095*** (0.001)	0.158*** (0.001)	0.061*** (0.002)	0.176*** (0.003)	0.115*** (0.001)
Agropecuária	0.189*** (0.002)	0.030*** (0.001)	0.014*** (0.001)	0.001 (0.001)	-0.018*** (0.001)	-0.031*** (0.002)	0.024*** (0.002)	0.015*** (0.001)	0.064*** (0.001)
Indústria	0.000*** (0.000)	0.016*** (0.001)	0.012*** (0.000)	-0.007*** (0.001)	-0.003*** (0.001)	0.013*** (0.001)	0.008*** (0.001)	0.020*** (0.001)	0.000*** (0.000)
Construção	0.003*** (0.000)	-0.000*** (0.000)	-0.001*** (0.000)	-0.000 (0.000)	-0.004*** (0.000)	-0.005*** (0.000)	0.001*** (0.000)	0.002*** (0.000)	0.001*** (0.000)
Comércio	0.019*** (0.001)	-0.001*** (0.000)	0.014*** (0.001)	0.003*** (0.001)	0.011*** (0.001)	0.035*** (0.001)	0.021*** (0.001)	-0.003*** (0.001)	-0.006*** (0.000)
Serviço	0.016*** (0.000)	0.030*** (0.001)	0.000 (0.000)	-0.002*** (0.000)	0.020*** (0.001)	0.024*** (0.001)	0.000 (0.000)	0.007*** (0.001)	-0.013*** (0.001)
Adm. Pública	0.010*** (0.000)	0.020*** (0.001)	0.018*** (0.000)	0.006*** (0.000)	0.018*** (0.000)	0.007*** (0.000)	0.003*** (0.000)	-0.000 (0.001)	0.002*** (0.000)



MULHER (SETORES DESAGREGADOS - 2019)									
	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA
Atividades mal definidas	0.000 (0.000)	0.000 (0.000)	-0.000*** (0.000)	0.000 (0.000)	0.000 (0.000)	0.000*** (0.000)	0.000 (0.000)	0.000 (0.000)	0.000 (0.000)
Ocupação	0.030*** (0.001)	0.065*** (0.002)	0.076*** (0.001)	0.116*** (0.003)	0.147*** (0.003)	0.073*** (0.003)	0.082*** (0.003)	0.157*** (0.004)	0.153*** (0.001)
Experiência	0.003*** (0.000)	0.006*** (0.001)	-0.011*** (0.001)	0.003*** (0.001)	0.007*** (0.001)	0.011*** (0.001)	0.014*** (0.001)	0.001 (0.001)	0.018*** (0.000)
Outras	0.100*** (0.004)	-0.060*** (0.006)	0.263*** (0.005)	-0.018*** (0.005)	0.071*** (0.005)	0.056*** (0.007)	0.161*** (0.020)	0.200*** (0.011)	0.061*** (0.005)
Efeito Estrutura Salarial	0.084*** (0.003)	0.226*** (0.005)	0.159*** (0.004)	0.168*** (0.004)	0.130*** (0.005)	0.183*** (0.006)	-0.081*** (0.020)	-0.008 (0.009)	0.067*** (0.004)
Ens. Fundamental	-0.003*** (0.001)	-0.007*** (0.001)	-0.003*** (0.001)	-0.014*** (0.000)	0.003*** (0.001)	-0.011*** (0.001)	-0.014*** (0.001)	0.006*** (0.001)	-0.007*** (0.000)
Ens. Médio	0.022*** (0.003)	0.036*** (0.003)	0.004* (0.002)	-0.056*** (0.003)	-0.013*** (0.003)	0.020*** (0.002)	-0.013*** (0.004)	0.023*** (0.004)	0.010*** (0.002)
Ens. Superior	0.059*** (0.003)	-0.019*** (0.005)	0.163*** (0.003)	-0.068*** (0.005)	0.062*** (0.005)	0.039*** (0.003)	0.088*** (0.005)	0.055*** (0.006)	0.074*** (0.002)
Negro	-0.090*** (0.004)	-0.042*** (0.005)	-0.086*** (0.003)	0.055*** (0.003)	0.027*** (0.004)	-0.129*** (0.003)	-0.087*** (0.005)	-0.096*** (0.008)	-0.142*** (0.003)
Formal	-0.045*** (0.002)	-0.077*** (0.003)	-0.191*** (0.002)	-0.091*** (0.004)	-0.048*** (0.004)	-0.191*** (0.003)	-0.137*** (0.004)	-0.108*** (0.004)	-0.093*** (0.002)
Agropecuária	0.011*** (0.000)	-0.000 (0.000)	0.001*** (0.000)	-0.003*** (0.000)	-0.009*** (0.000)	-0.001*** (0.000)	-0.005*** (0.000)	-0.003*** (0.000)	-0.002*** (0.000)
Indústria	-0.001 (0.001)	0.002** (0.001)	0.039*** (0.001)	0.010*** (0.002)	0.014*** (0.001)	0.014*** (0.002)	-0.019*** (0.001)	0.003*** (0.001)	0.011*** (0.001)
Construção	-0.003*** (0.000)	0.001*** (0.000)	0.002*** (0.000)	-0.000 (0.000)	0.008*** (0.000)	0.007*** (0.000)	0.001*** (0.000)	-0.002*** (0.000)	-0.003*** (0.000)
Comércio	-0.009*** (0.002)	-0.063*** (0.002)	-0.041*** (0.002)	0.015*** (0.002)	0.055*** (0.002)	-0.057*** (0.002)	0.026*** (0.003)	-0.003 (0.002)	0.065*** (0.001)
Serviço	-0.135*** (0.003)	-0.336*** (0.005)	-0.120*** (0.003)	0.073*** (0.005)	0.092*** (0.006)	-0.158*** (0.005)	0.245*** (0.006)	0.002 (0.005)	0.200*** (0.003)
Adm. Pública	-0.003*** (0.001)	-0.023*** (0.001)	-0.008*** (0.000)	0.027*** (0.001)	0.025*** (0.001)	-0.001 (0.001)	0.032*** (0.001)	0.035*** (0.001)	0.012*** (0.000)
Atividades mal definidas	0.000 (0.000)	0.000 (0.000)	-0.000*** (0.000)	0.000 (0.000)	0.000 (0.000)	-0.000*** (0.000)	0.000 (0.000)	0.000 (0.000)	0.000 (0.000)
Ocupação	-0.064*** (0.004)	0.001 (0.005)	0.057*** (0.003)	-0.056*** (0.006)	-0.209*** (0.006)	-0.131*** (0.004)	-0.071*** (0.007)	-0.171*** (0.015)	0.028*** (0.003)
Experiência	0.431*** (0.040)	0.037 (0.056)	1.754*** (0.041)	0.386*** (0.058)	0.229*** (0.057)	0.133*** (0.043)	-0.833*** (0.075)	-0.117* (0.068)	0.122*** (0.029)
Outras	0.110*** (0.027)	-0.214*** (0.038)	0.981*** (0.027)	-0.497*** (0.036)	-0.342*** (0.036)	-0.327*** (0.033)	-0.074 (0.051)	-0.172*** (0.047)	0.256*** (0.019)

Considerações finais

Este trabalho teve como objetivo analisar a desigualdade de rendimentos entre as regiões urbanas e rurais do Nordeste brasileiro, área de atuação do FIDA. Para realizar esse objetivo realizamos estatísticas descritivas destas populações utilizando o Censo Demográfico para os anos 1991, 2000 e 2010 e a PNAD Contínua para os anos 2012, 2014 e 2019. Por fim, conduzimos uma análise de decomposição da média dos rendimentos usando a metodologia de Oaxaca-Blinder. Os resultados sugerem que, em média, os homens na zona urbana recebem quase o dobro do rendimento dos homens na zona rural, enquanto as mulheres na zona urbana recebem 1,75 vezes o rendimento das mulheres na zona rural.

Os resultados principais da decomposição indicam que a desigualdade de rendimentos é explicada, tanto pela diferença de características produtivas dos indivíduos, quanto pela diferença no retorno às características produtivas. Contudo, o primeiro fator é o mais relevante, com peso maior para a diferença de estrutura produtiva (ocupações e setores) e para o grau de formalização dos trabalhadores. E mais especificamente sobre a formalização, os resultados sugerem que as pessoas se formalizam menos nas áreas rurais, mas quando comparamos duas pessoas com as mesmas características, o retorno a ser formalizado é maior na região rural.

Esses resultados sugerem que as políticas públicas que foquem na melhoria da estrutura produtiva das regiões rurais e, particularmente, as políticas que contribuem com o aumento da formalização dos trabalhadores são fundamentais para a redução da desigualdade entre as zonas rurais e urbanas do nordeste do Brasil.

Referências

- AKITA, T. Decomposing regional income inequality in China and Indonesia using two-stage nested Theil decomposition method. *The annals of Regional Science*, 37, 55-77. 2003.
- ALEIXO, B.; PENA, J. L.; REZENDE, S. Infrastructure is a necessary but insufficient condition to eliminate inequalities in access to water: research of a rural community intervention in Northeast Brazil. *Science of the Total Environment*. V. 652, 1445-1455, 2019.
- AMBROSIO-ALBALÁ, M.; BASTIAENSEN, J. The new territorial paradigm of rural development: Theoretical foundations from systems and institutional theories. Institute of Development Policy and Management. Discussion Paper/2010.02, 69 p.
- BAILEY, S. R.; LOVEMAN, M.; MUNIZ, J. O. Measures of “race” and the analysis of racial inequality in Brazil. *Social Science Research*, 42, 106-119. 2013.
- BARBOSA, E. C.; COOKSON, R. Multiple inequity in health care: an example from Brazil. *Social Science & Medicine*, 228, 1-8. 2019.
- ELBERS, C. et al. Are neighbors equal? Estimating local inequality in three developing countries. World Institute for Development Economics Research. Discussion paper n. 2003/52, 1-32. 2003.
- GILLAM, C.; CHARLES, A. Community wellbeing: the impacts of inequality, racism and environment on a Brazilian coastal slum. *World Development perspectives*, 13, 18-24. 2019.
- IBGE (2015) Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Brasília. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- ILO (2008) Promotion of rural employment for poverty reduction. Geneva: International Labour Organization. In: International Labour Conference, 97th Session.
- LIMA, Ricardo Carvalho De Andrade; SILVEIRA NETO, Raul Da Mota. Physical and human capital and Brazilian regional growth: a spatial econometric approach for the period 1970–2010. *Regional Studies*, v. 50, n. 10, p. 1688-1701, 2016.
- MARQUES, E.; SARAIVA, C. Urban integration of reconfigured inequalities? Analyzing housing precarity in São Paulo. *Habitat International*, 69, 18-26. 2017.
- MIRANTI et al. Measuring small area inequality using spatial microsimulation: lessons learned from Australia. *International Journal of Microsimulation*, 152-175. 2015.
- OECE. The new rural paradigm, policies and governance. *OECD Rural Policy Reviews*. 2006. 168 p.
- OLIVEIRA, Rodrigo Carvalho; SILVEIRA NETO, Raul da Mota. Expansão da Escolaridade e Redução da Desigualdade Regional de Renda no Brasil entre 1995 e 2011: progressos recentes e desafios presentes. *Pesquisa e Planejamento Econômico*. v. 46, n. 1. 2016.
- PHANSALKAR, S. J. Water, Equity and Development. *International Journal of Rural Management*. V. 3, 1-25, 2007.
- REARDON, S. F.; BISCHOFF, K. Income Inequality and Income Segregation. *American Journal of Sociology*, vol. 116, n. 4, p. 1092-1153. 2011.
- REIS, E. Spatial income inequality in Brazil, 1872-2000. *Economia*, 15, 119-140. 2014.

- ROCHA, Rudi; SOARES, Rodrigo R. Water scarcity and birth outcomes in the Brazilian semi-arid. *Journal of Development Economics*, v. 112, p. 72-91, 2015.
- ROCHA, S. Pobreza no Brasil: a evolução de longo prazo (1970-2011). Rio de Janeiro: XXV Fórum Nacional/Instituto Nacional de Altos Estudos, 2013.
- RODRÍGUEZ-POSE, A.; HARDY, D. Addressing poverty and inequality in the rural economy from a global perspective. *Applied Geography*, 61, 11-23. 2015.
- SILVEIRA, F. G. et al. Políticas públicas para o desenvolvimento rural e de combate à pobreza no campo. Estratégia do FIDA para o Brasil 2016-2021 e série de estudos sobre a pobreza rural. 2016.
- SILVEIRA, R. M. N.; AZZONI, C. R. Non-Spatial Government Policies and Regional Income Inequality in Brazil. *Regional Studies*, v. 45, n. 4, p.453-461, 2011.
- _____. Social policy as regional policy: market and non-market factors determining regional inequality. *Journal of Regional Science*, v. 51, p. 1-18, 2012.
- SOARES, S. et al. Os impactos do benefício do Programa Bolsa Família sobre a desigualdade e a pobreza. In: CASTRO, J. A.; MODESTO, L. (Eds.). *Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios*. Brasília: Ipea, v. 2, p. 366, 2010.
- TAROZZI, A.; DEATON, A. Using census and survey data to estimate poverty and inequality for small areas. *The Review of Economics and Statistics*, 91, 773-779. 2009.
- TRENDLE, B. Sources of regional income inequality: an examination of small regions in Queensland. *RURDS*, 17, 35-50. 2005.
- UNITED NATIONS. "Inequality in a Rapidly Changing World". *World Social Report 2020*. 2020.
- VALE, E. M. G.; FRANÇA, J. M. S. An empirical model of diversification cones and wage inequality for the states of Brazil. *Social Science Research*, 42, 106-119. 2017.
- WILKINSON, R. *The impact of inequality: How to Make Sick Societies Healthier*. New York: New Press. 2006, 368 p.

Apêndices

QUADRO 1. DESCRIÇÃO DAS VARIÁVEIS EXTRAÍDAS DA PNADC

Variável	Código	Descrição	Período
Rendimento habitual real	VD4016	Rendimento mensal habitual do trabalho principal em valores reais do 2º trimestre de 2020 (deflator da PNADC)	4º trim. 2012 a 4º trim. 2019
Rendimento habitual real de todos os trabalhos	VD4019	Rendimento mensal habitual de todos os trabalhos em valores reais do 2º trimestre de 2020 (deflator da PNADC)	4º trim. 2012 a 4º trim. 2019
Rendimento efetivo real	VD4017	Rendimento mensal efetivo do trabalho principal em valores reais do 2º trimestre de 2020 (deflator da PNADC)	4º trim. 2012 a 4º trim. 2019
Rendimento efetivo real de todos os trabalhos	VD4020	Rendimento mensal efetivo de todos os trabalhos em valores reais do 2º trimestre de 2020 (deflator da PNADC)	4º trim. 2012 a 4º trim. 2019
Horas semanais habitualmente trabalhadas	V4039	Quantidade de horas semanais habitualmente trabalhadas no trabalho principal	4º trim. 2012 a 4º trim. 2019
Horas semanais habitualmente trabalhadas em todos os trabalhos	VD4031	Quantidade de horas semanais habitualmente trabalhadas em todos os trabalhos	4º trim. 2012 a 4º trim. 2019
Horas semanais efetivamente trabalhadas em todos os trabalhos	VD4035	Quantidade de horas semanais efetivamente trabalhadas em todos os trabalhos	4º trim. 2012 a 4º trim. 2019
Experiência	V4040	Proporção de trabalhadores com um ano ou mais no mesmo vínculo	4º trim. 2012 a 4º trim. 2019
Formais (Contribuintes da previdência)	VD4012	Proporção de trabalhadores que contribuem para instituto de previdência.	4º trim. 2012 a 4º trim. 2019
Formais (Por posição na ocupação e categoria de emprego)	VD4009, V4019 e V4046	Proporção de trabalhadores formais por posição na ocupação e categoria de emprego: <ul style="list-style-type: none"> • Empregado no setor privado com carteira de trabalho assinada • Trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada • Empregado no setor público com carteira de trabalho assinada • Militar e servidor estatutário • Empregador com CNPJ • Conta-própria com CNPJ 	4º trim. 2015 a 4º trim. 2019
Informais (Por posição na ocupação e categoria de emprego)	VD4009, V4019 e V4046	Proporção de trabalhadores informais por posição na ocupação e categoria de emprego: <ul style="list-style-type: none"> • Empregado no setor privado sem carteira de trabalho assinada • Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada • Empregado no setor público sem carteira de trabalho assinada • Empregador sem CNPJ • Conta-própria sem CNPJ • Trabalhador familiar auxiliar 	4º trim. 2015 a 4º trim. 2019

Variável	Código	Descrição	Período
Setores de atividade	VD4010	Proporção de trabalhadores por setor de atividade: <ul style="list-style-type: none"> • Agropecuária; • Indústria; • Construção; • Comércio; • Serviços; • Administração pública. 	4º trim. 2012 a 4º trim. 2019
Grupamentos ocupacionais	VD4011	Proporção de trabalhadores por grupamentos ocupacionais: <ul style="list-style-type: none"> • Diretores e gerentes; • Profissionais das ciências e intelectuais; • Técnicos e profissionais de nível médio; • Trabalhadores de apoio administrativo; • Trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados; • Trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca; • Trabalhadores qualificados, operários e artesões da construção, das artes mecânicas e outros ofícios; • Operadores de instalações e máquinas e montadores; • Ocupações elementares; • Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares; 	4º trim. 2012 a 4º trim. 2019
Grau de Instrução	VD3004 e VD3001	Proporção de trabalhadores por grau de instrução: <ul style="list-style-type: none"> • Fundamental; • Médio; • Superior; 	4º trim. 2012 a 4º trim. 2019
Gênero	V2007	Proporção de trabalhadores por gênero: <ul style="list-style-type: none"> • Homem; • Mulher 	4º trim. 2012 a 4º trim. 2019
Raça	V2010	Proporção de trabalhadores pretos ou pardos;	4º trim. 2012 a 4º trim. 2019
Idade	V2009	Média de idade dos trabalhadores	4º trim. 2012 a 4º trim. 2019
Região metropolitana	RM_RIDE	Proporção de trabalhadores residentes em Região Metropolitana	4º trim. 2012 a 4º trim. 2019
Território	V1022	Proporção de trabalhadores por território: <ul style="list-style-type: none"> • Rural; • Urbano 	4º trim. 2012 a 4º trim. 2019
Chefe	V2005	Proporção de indivíduos cuja condição no domicílio é a de chefe de família	4º trim. 2012 a 4º trim. 2019
Conjuge	V2005	Proporção de indivíduos cuja condição no domicílio é a de cônjuge	4º trim. 2012 a 4º trim. 2019
Filhos	VD2002	Proporção de indivíduos cuja condição no domicílio é a de filho ou enteado	4º trim. 2012 a 4º trim. 2019

Fonte: elaboração própria, a partir da PNADC (4º trimestre de 2012 – 4º trimestre de 2019).

Lista de abreviaturas e siglas

BPC	Benefício de Prestação Continuada
FIDA	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Amplo
MQO	Método de Mínimos Quadrados Ordinários
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONU	Organização das Nações Unidas
PME	Pesquisa Mensal de Emprego
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAD	Contínua Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PNDRS	Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RIDE	Região Integrada de Desenvolvimento
UFBA	Universidade Federal da Bahia

Lista de ilustrações

QUADROS

Quadro 1. Descrição das variáveis extraídas da PNADC	49
--	----

TABELAS

Tabela 1. Características dos moradores de regiões rurais ou urbanas nos Censos 1991, 2000 e 2010	28
Tabela 2. Características dos empregos rurais e urbanos	32
Tabela 3. Características dos empregos rurais por Unidade da Federação (4º trimestre de 2019)	34
Tabela 4. Características dos empregos urbanos por Unidade da Federação (4º trimestre de 2019)	35
Tabela 5. Salários-Hora Estimados, Desigualdade, Efeito Composição e Efeito Estrutura Salarial	40
Tabela 6. Salários-Hora Estimados, Desigualdade, Efeito Composição e Efeito Estrutura Salarial por Estado da Região Nordeste e Apenas para Homens	42
Tabela 7. Salários-Hora Estimados, Desigualdade, Efeito Composição e Efeito Estrutura Salarial por Estado da Região Nordeste e Apenas para Mulheres	44

FIGURAS

Figura 1. Distribuição do rendimento real rural e urbano: 2012-2019	29
Figura 2. Evolução do rendimento real rural: 2012-2019	30
Figura 3. Evolução do rendimento real urbano: 2012-2019	31
Figura 4. Contribuição dos Efeitos Composição e Estrutura Salarial para a Desigualdade entre Rural e Urbano	39